



**TÁSSICA FERREIRA DA SILVA**

**PERNAMBUCO FORJADO NO AÇÚCAR:** Marcas e desdobramentos dos processos históricos, socioeconômicos e culturais da civilização do açúcar nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana

RECIFE  
2021



**UFRPE**

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Departamento de Ciências do Consumo  
Curso de Bacharelado em Economia Doméstica

**PERNAMBUCO FORJADO NO AÇÚCAR:** Marcas e desdobramentos dos processos históricos, socioeconômicos e culturais da civilização do açúcar nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana

Monografia apresentada como exigência à obtenção  
Do Grau de Bacharel em Economia Doméstica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Michele Maciel

RECIFE  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S586p Silva, Tássica  
PERNAMBUCO FORJADO NO AÇÚCAR: Marcas e desdobramentos dos processos históricos, socioeconômicos e culturais da civilização do açúcar nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana / Tássica Silva. - 2021.  
102 f. : il.
- Orientadora: Michele Maciel.  
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Economia Doméstica, Recife, 2021.
1. cultura canavieira. 2. monocultura da cana-de-açúcar. 3. trabalho. 4. zona da mata. I. Maciel, Michele, orient. II. Título

CDD 640

---

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Departamento de Ciências do Consumo  
Curso de Bacharelado em Economia Doméstica

**PERNAMBUCO FORJADO NO AÇÚCAR:** Marcas e desdobramentos dos processos históricos, socioeconômicos e culturais da civilização do açúcar nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana

**TÁSSICA FERREIRA DA SILVA**

Orientador/a:

Michele Cristina Rufino Maciel  
Orientadora - DCC- UFRPE

Banca Examinadora:

Hortência Cruz de Albuquerque  
Membro Interno – DCC- UFRPE

Luciano Cipriano da Silva  
Membro Externo

O branco açúcar que adoçará meu café  
nesta manhã de Ipanema  
não foi produzido por mim  
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.  
Este açúcar veio da mercearia da esquina  
e tampouco o fez o Oliveira,  
dono da mercearia.  
Este açúcar veio  
de uma usina de açúcar em Pernambuco  
ou no Estado do Rio  
e tampouco o fez o dono da usina.  
Este açúcar era cana  
e veio dos canaviais extensos  
que não nascem por acaso  
no regaço do vale.  
Em lugares distantes,  
onde não há hospital, nem escola,  
homens que não sabem ler  
e morrem de fome aos 27 anos  
plantaram e colheram a cana  
que viraria açúcar.  
Em usinas escuras,  
homens de vida amarga e dura  
produziram este açúcar  
branco e puro  
com que adoço meu café  
esta manhã em Ipanema.

(Ferreira Gullar)

## RESUMO

A chamada “civilização do açúcar” instalada com a monocultura da cana-de-açúcar, engenhos e todo o complexo destinado ao beneficiamento da cana no período do Brasil colônia, deixou marcas profundas no tecido socioeconômico e cultural do Brasil, sobretudo nos estados e municípios do Nordeste. Ainda hoje é possível identificar as marcas que esse processo exploratório nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais arraigado da opressão e exploração da mão de obra. E sendo berço da colonização portuguesa e expoente no que se diz respeito ao centro agroexportador açucareiro por um longo período histórico, Pernambuco, mais especificamente, a zona da mata ou a zona canavieira, despertou o motivo desse trabalho que tem como objetivo geral realizar um levantamento bibliográfico dos estudos, pesquisas e outras formas de produção do conhecimento sobre a civilização do açúcar nos processos históricos, socioeconômicos e culturais assim como suas marcas e desdobramentos nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana da zona da mata pernambucana. Para o estudo de revisão bibliográfica, em momento de restrição às bibliotecas públicas devido a pandemia da covid-19, foi usado o recurso da pesquisa online em plataformas que oferecem bibliotecas virtuais com acesso gratuito, sendo fator determinante para a realização da pesquisa. O estudo permitiu observar que a civilização do açúcar deixou marcas e seus desdobramentos impactam diretamente nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores rurais do corte de cana relacionados a desigualdade fundiária, devastação da mata atlântica, má remuneração, exploração da mão de obra, insegurança alimentar, trabalho infantil, divisão sexual do trabalho e opressão racial.

**PALAVRAS CHAVE:** cultura canavieira, monocultura da cana-de-açúcar, trabalho, zona da mata

## **ABSTRACT**

The so-called "sugar civilization" installed with the monoculture of sugarcane, mills and the entire complex destined to the processing of sugarcane during colonial Brazil, left deep marks on the socioeconomic and cultural fabric of Brazil, especially in the states and municipalities from northeast. Even today it is possible to identify the marks that this exploratory process in the labor relations and quality of life of rural workers rooted in the oppression and exploitation of labor. And being the cradle of Portuguese colonization and an exponent of the sugar agro-export center for a long historical period, Pernambuco, more specifically, the forest zone or the sugarcane zone, aroused the reason for this work, which has the general objective of carrying out a survey bibliographic of studies, researches and other forms of production of knowledge about the sugar civilization in the historical, socioeconomic and cultural processes, as well as its marks and consequences in the work relations and quality of life of workers in the sugarcane cut in the Pernambuco forest zone. For the study of literature review, at a time of restriction to public libraries due to the covid-19 pandemic, the resource of online research was used in platforms that offer virtual libraries with free access, being a determining factor for conducting the research. The study allowed us to observe that the sugar civilization left its marks and its consequences directly impact the work relationships and quality of life of rural workers in the sugarcane cut, related to land inequality, devastation of the Atlantic forest, poor remuneration, exploitation of labor, food insecurity, child labor, sexual division of labor and racial oppression.

**KEY WORDS:** sugarcane crop, sugarcane monoculture, work, forest zone

Esta cova em que estás  
Com palmos medida  
É a conta menor  
Que tiraste em vida  
É de bom tamanho  
Nem largo nem fundo  
É a parte que te cabe  
Deste latifúndio  
Não é cova grande  
É cova medida  
E a terra que querias  
Ver dividida  
É uma cova grande  
Para teu pouco defunto  
Mas estarás mais ancho  
Que estavas no mundo  
E uma cova grande  
Para teu defunto parco  
Porém mais que no mundo  
Te sentirás largo  
É uma cova grande  
Para tua carne pouca  
Mas à terra dada  
Não se abre a boca

(João Cabral de Melo Neto)



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração de mapa com as usinas ativas e inativas no estado de Pernambuco.....	52
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Usinas ativas no estado de Pernambuco.....	43
Quadro 2 - Progressão da violência no campo no território nacional na última década.....	90
Quadro 3 - Conflitos por terra no estado de Pernambuco.....	91

## LISTA DE SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CSP Conlutas - Central Sindical e Popular  
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar  
ESO - Estágio Supervisionado Obrigatório  
IA - Insegurança Alimentar  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística  
IFPE - Instituto Federal de Pernambuco  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômico Aplicado  
PAM - Produção Agrícola Municipal  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRÓÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool  
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. OBJETIVOS.....	17
2.1 OBJETIVO GERAL.....	17
2.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
3. METODOLOGIA.....	18
<b>4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 Capítulo I - CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR.....</b>	<b>20</b>
4.1.1 RELAÇÃO PRIMÁRIA DO CONSUMO DA CANA DE AÇÚCAR.....	22
4.2 PERNAMBUCANO FORJADO NO AÇÚCAR.....	25
<b>4.3 Capítulo II - IMPACTO DOS ENGENHOS NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCANA.....</b>	<b>32</b>
4.3.1 AS USINAS.....	40
4.4 A FALSA ABOLIÇÃO.....	52
<b>4.5 Capítulo III - TERRA PRA QUEM VIVE E TRABALHA NELA.....</b>	<b>63</b>
4.5.1 AGRICULTURA FAMILIAR NA CONDIÇÃO DE MORADA.....	64
4.5.2 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DA MORADA.....	74
4.5.3 A LUTA PELA TERRA .....	77
<b>4.6 Capítulo IV - MARCAS DA “CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR” NAS RELAÇÕES DE TRABALHOS E QUALIDADE DE VIDA DOS CORTADORES DE CANA NA ATUALIDADE.....</b>	<b>83</b>
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO.....	100

## 1. INTRODUÇÃO

Enquanto discente no curso de Bacharelado em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pude perpassar por diversos campos de saberes, contudo, logo no início da graduação, me encantei pelo universo da sociologia rural e da antropologia sociocultural, desse rico e multidisciplinar curso. E, ao longo da minha caminhada de formação, foi nascendo e crescendo a vontade de mergulhar nas especificidades relacionadas ao cotidiano de trabalho das famílias rurais do estado de Pernambuco, que me possibilitou observar algumas características do trabalho do campesino<sup>1</sup>.

Essas observações se tornaram possíveis mediante aproximações com conceitos e produção do conhecimento científico sobre os temas relacionados à agricultura familiar; agroecologia; educação do campo; luta pela terra; a vida cotidiana das mulheres no campo, entre outros temas que ganharam importância na minha trajetória acadêmica. Um desses momentos de vivência, foi resultado da experiência de estágio supervisionado obrigatório (ESO) realizado com a Coordenação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), que mesmo interrompido prematuramente, pude me aproximar e dialogar com diversos agricultores e agricultoras do estado de Pernambuco, a exemplo as famílias do Assentamento Normandia, em Caruaru, os quais são reconhecidos na região enquanto os principais fornecedores de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assentamento que estabelece parcerias nas áreas de educação, saúde e agroecologia com instituições federais de ensino e com o Governo do Estado, fornecendo merendas para creches e escolas de Caruaru e vários municípios de Pernambuco, incluindo Recife<sup>2</sup>.

Ademais, enquanto filha da Zona da Mata Norte de Pernambuco, minha vivência primária foi a dos canaviais. Desde muito cedo estava intrínseco o desejo de desvendar a história por trás dessas plantações, a labuta no corte de cana e entender dos processos históricos, socioeconômicos e culturais que envolveram os sujeitos das

---

<sup>1</sup> Numa perspectiva geral, o **campesinato** corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. Fonte: Maria de Nazareth Baudel Wanderley. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência

<sup>2</sup> Só em Recife, 300 escolas têm contrato com a associação dos trabalhadores assentados para o recebimento de insumos destinados às merendas

relações de trabalho dos engenhos/usinas da cana. Assim como a mística desse cenário forjado a partir do que se denominou “civilização do açúcar”, como um resgate às raízes e que ao mesmo tempo ainda era tão presente, pois lembro bem da fuligem que cobriam o chão da casa da minha avó, em Goiana, nos tempos de queimada. Era o presente e o passado lado a lado com a história viva da tradição do açúcar.

Sobre esses quadros apontam-se estudos e registros que tensionam os desafios vivenciados pelas famílias rurais no território brasileiro, sobretudo na Região Nordeste, traduzindo-se em cenário marcando os períodos históricos e suas características específicas que refletem o cotidiano de trabalho das famílias rurais, nesse caso, em evidência, a Região da Mata do estado de Pernambuco. Nesse sentido, o que se denomina “cultura canavieira” e “civilização do açúcar”, citados em diferentes estudos, foi preponderante na construção das relações de trabalho dos canavieiros, que teve como alicerce o trabalho escravizado<sup>3</sup>, como coloca Barbalho (1984, p. 87)

o escravizado, que, trabalhando de sol a sol nos canaviais e/ou dia e noite na parte industrial dos engenhos, representava mão-de-obra de custo relativamente barato e que sempre acumulava lucros não para si, evidentemente, mas para o patrão, ou seja, para o senhor de engenho.

Realidade que ao longo da história provocou diferentes desdobramentos que ainda refletem nas relações de trabalho nos dias atuais, sobretudo ao remetemos à realidade pernambucana. Nessa perspectiva, o estado de Pernambuco, especialmente a Zona da Mata, ao longo de sua história, traz consigo as características de um longo período configurado enquanto “ciclo do açúcar”, o qual Fátima Quintas<sup>4</sup> (2007, p. 15) destaca:

[...] dos períodos em que se costumou dividir a história econômica brasileira – pau-brasil, açúcar, gado, algodão, ouro, café, etc. –, o da cana-de-açúcar, sem dúvidas, é um dos mais importantes, por ter ocupado maior área territorial e por haver se prolongado por cinco séculos, sendo o maior período de nossa história.

---

<sup>3</sup> Nesse trabalho busco prezar pela readequação de alguns termos. Nesse sentido será usado apenas o termo “escravizado” em detrimento do termo “escravo”, havendo a substituição em alguns momentos quando o autor citado não o usa. Levando em consideração que nenhum ser humano foi ou será escravo e sim foram escravizados por forças dominantes.

<sup>4</sup> Esse estudo é dedicado e agradece todas as mulheres que fazem ciência no país, que me trouxeram inspiração e que muito contribuíram no referencial teórico desta pesquisa. Em um país onde as mulheres muitas vezes são invisibilizadas, contudo, na ciência, optei por usar nome e sobrenome de autoras nas referências .

Dentro desse contexto, “os modelos de produção e exportação durante o Brasil colonial deixaram profundas marcas na economia e organização social do país, principalmente na Região Nordeste” (Fundação Joaquim Nabuco org. 2010, p. 13). Dentre os estados do Nordeste, Pernambuco teve importante papel no Brasil colônia, pois esteve no centro da produção de açúcar e já foi considerado o maior produtor do insumo do mundo (QUINTAS, 2007, p. 15). Nessa linha de compreensão De Carli (1940) apud Beatriz Brusantini (2011, p.39) reforça:

[...] fim do século XIX, o número de *plantations*<sup>5</sup> de cana cresceu de 500 para mais de 2 mil. Entre a década de 1850 e o fim do decênio de 1880, o número de engenhos cresceu de 1.300 para 1.650, um aumento de 27%. De área total, a Zona canavieira ou Zona da Mata compreende toda a extensão dos 170 km da linha costeira da província, penetrando 60 km para interior ao norte e 130 km ao sul.

Com isso, toda uma sociedade foi criada ao redor dos engenhos de cana de açúcar, que segundo Cascudo (1971, p. 64)

Construiu-se uma cultura canavieira, ampliando-se cujo foco é a cidade, com igrejas, Conventos, Governador, Bispo, famulagem zumbindo como marimbondo que morde, mas não sabe fazer Mel. As plantações estavam inseridas ao redor desse cenário e tiveram influência preponderante na civilização brasileira”.

No mais, podemos narrar que a civilização do açúcar trouxe influência nos mais variados aspectos na construção da nossa sociedade. “Na organização familiar, na arquitetura, na alimentação, na religião e na cultura que permitiu a formação de uma sociedade aristocrática, dominada por grandes e médios proprietários de terra. Uma sociedade latifundiária, monocultora e escravista” (QUINTAS, 2007, p. 16). Mesmo após a “abolição”, com a herança escravista, os cortadores de cana, segundo Christine Dabat (2003, p. 20), permaneceram-se em situação de completa miserabilidade e as jornadas de trabalho exaustivas nos canaviais, mal garantia-lhes a sobrevivência. Com a inserção precoce ao trabalho, ou seja, desde a infância, “a vida do trabalhador rural era abreviada com as condições precárias e das mais duras e brutais que se conhecia, sob violência patronal desde a época da conquista”.

O açúcar sendo um “produto que moldou não só a história econômica do País, mas também a sua identidade cultural, social e política”, é visto que “ainda hoje, está

---

<sup>5</sup> **Plantation** ou plantação é um tipo de sistema agrícola baseado em uma **monocultura** de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

no centro do entendimento contemporâneo da dinâmica territorial da produção agropecuária brasileira” (IBGE, 2017, p. 5).

Considerando essa conjuntura nos inquieta saber: *Quais marcas e desdobramentos relacionados ao processo da civilização do açúcar considerando as dimensões históricas, socioeconômicas e culturais que impactam nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte de cana da Zona da Mata pernambucana?* Nesse sentido coloca-se enquanto objetivo geral realizar um levantamento bibliográfico dos estudos, pesquisas e outras formas de produção do conhecimento, sobre o a civilização do açúcar nos processos históricos, socioeconômicos e culturais assim como suas marcas e desdobramentos nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana da zona da mata pernambucana.

Enquanto objetivos específicos centrou-se em mapear estudos e pesquisas e seus respectivos autores de referência sobre a temática de estudo; traçar um recorte de dimensão socioantropológica para caracterização, registro e identificação das marcas do ciclo da produção açucareira para as famílias camponesas e apresentar impressões sobre o estudo realizado.



## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Realizar um levantamento bibliográfico dos estudos, pesquisas e outras formas de produção do conhecimento sobre a civilização do açúcar nos processos históricos, socioeconômicos e culturais assim como suas marcas e desdobramentos nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana da zona da mata pernambucana.

#### **2.1.1 OBJETIVO ESPECÍFICOS**

- Mapear estudos e pesquisas e seus respectivos autores de referência sobre a temática de estudo;
- Traçar um recorte que caracterize o registro e identificação das marcas do ciclo da produção açucareira para as famílias rurais;
- Apresentar impressões sobre o estudo realizado.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo se configurou enquanto pesquisa de caráter qualitativo, realizada mediante o levantamento de revisão bibliográfica, o qual segundo Alves (2007) apud Cafure e Patriarcha-Graciolli (2015, p. 303)

“É aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de “papel”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômeno que o pesquisador não poderia contemplar diretamente.”

Inicialmente, a expectativa para a realização deste trabalho se idealizou para o estudo de caso e a definição por realizar pesquisa bibliográfica se colocou em função da pandemia provocada pela Covid-19, haja visto a limitação em utilizar outras estratégias de coletas de dados e informações que não correspondem à dinâmica virtual.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa foi determinante para esse trabalho que segundo Maria Cecília Minayo (2002, p. 21 e 22)

Responde à questões muito particulares, ela se preocupada, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Entre as estratégias de pesquisa bibliográfica correspondeu a consulta em diferentes plataformas de acesso a biblioteca virtual, como, o acervo digital de obras raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o acervo da Fundação Gilberto Freyre e o da Fundação Joaquim Nabuco. Importantes equipamentos no fortalecimento e contribuição para as ciências sociais de forma gratuita. Também se buscou o mapeamento de estudos de autores de referência sobre o objeto de estudo que teve como caminho traçado se fundamentar teoricamente do período que parte: Da colonização do Brasil, fazendo um compilado histórico desse período onde se inicia a civilização do açúcar; O da pós abolição, afim de colher fonte sobre a transição da mão de obra escravizada para a mão de obra assalariada no trabalho do corte da

cana; O século XX, onde se identifica mais fortemente a organização e a luta pela terra; E a era contemporânea, onde buscou-se observar as marcas e desdobramentos, filhas da aristocracia do açúcar, nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

Entre os materiais pesquisados, foi feito o mapeamento de teses, artigos, dissertações, material audiovisual e livros digitais disponíveis de modo digital e gratuito.

No mais, também fui amparada com livros da minha biblioteca pessoal, que foram uma base, como a “sociologia do açúcar” do autor Câmara Cascudo, por exemplo, entre outros materiais físicos que cito no trabalho.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 Capítulo I - CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

A Civilização do Açúcar permitiu a formação de uma sociedade aristocrática, dominada por grandes e médios proprietários de terra, os sesmeiros, que viviam em casas grandes, ricas e luxuosas, dispendo de uma imensa quantidade de serviçais, além de artífices especializados na fabricação do açúcar e da aguardente. Os serviçais, inicialmente indígenas nativos da América, foram em seguida substituídos por escravos negros, trazidos da África. Os escravos formavam dois grupos distintos, os que trabalhavam na agricultura, sujeitos à submissão total, e os que eram destinados aos serviços domésticos, na casa grande (QUINTAS, 2007, P. 16).

Antes de tudo, um fator importante que precisa ser desmistificado é sobre o motivo da troca da força de trabalho escravizado indígena para a africana. “Alegavam serem os negros africanos mais aptos ao trabalho agrícola e mais submissos. Esses mitos, porém, a história desmente. Os negros fugiram onde e quando puderam: os quilombos foram uma constante enquanto perdurou o escravismo” (FERLINI, 1998, p. 20).

Dentro desse contexto, o Brasil colônia se formou a partir da indústria do açúcar, tendo como um dos principais produtores, Pernambuco. Essa nova sociedade agroaçucareira que surgia teve como alicerce a exploração da mão de obra escravizada, devastação da mata atlântica e genocídio indígena. Essas bases formaram a mentalidade de toda uma sociedade civil, econômica e política. Como cita Cascudo (1971, p. 66) “As consequências mentais da indústria do açúcar constituem quase toda a mentalidade política do império”. Christine Dabat (2003, p. 350) coloca sobre o fato de os conglomerados açucareiros serem instituições políticas citando que essa estrutura exercia papel pioneiro na construção de novos territórios, “domesticando regiões e populações inteiras com o maior grau de violência. Abarcava vastas extensões de terras e monopolizavam esse meio de produção”.

Nasce uma sociedade, como cita Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 7- 8) “moldada em massapê e açúcar, em sangue e suor escravo”, tendo o período colonial a gênese dessas estruturas.

Sendo constituída pela elite, a aristocracia na sociedade açucareira era bem estruturada e quem não fazia parte dela, como os negros, mesmo libertos, não tinha as condições de ascender socialmente. Como pontua Fátima Quintas (2007, p. 17 e

31 e seg) “Com um século de Brasil e a fortuna acumulada com a produção açucareira, formou-se uma casta, a chamada açucocracia”. Também passa a existir a classe burguesa, que se fixou nas cidades, formando os burgos. A autora continua: “embora não pudesse desprezar o caráter fundiário que a terra assumia como poder econômico”. Esse processo civilizatório de influência abrangia também questões além de políticas, culturais, cultura religiosa, cultura alimentar e enfatiza que “a união de todos os blocos culturais se faz uma civilização.

Então a civilização do açúcar trouxe para formação da nossa sociedade, relevantes aspectos políticos culturais e acompanhados com suas diversas contradições, porque ao mesmo tempo que Pernambuco recebeu pessoas de várias partes do mundo com seus hábitos e tradições, que eventualmente contribuíram para formar nossa riqueza cultural, esse processo se deu nos moldes escravocrata de domínio, opressão e exploração. Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 78) narra bem essa dinâmica

A economia açucareira criou no Brasil uma sociedade de senhores e escravos, cujos valores éticos, étnicos e morais ponteiavam a atualidade. Sociedade autoritária, aristocrática e violenta, onde se tocavam antípodas. O açúcar era branco, o trabalho era negro. Havia doçura nas mesas e sofrimento nos engenhos; riqueza nas casas-grandes e miséria nas senzalas.

Os rumos desses fatores, Christine Dabat (2003, p. 109) pontua. “O estado garantiu secularmente aos empresários do setor açucareiro, da forma mais categórica e brutal possível, a paz social, que poderia ser chamada de ‘paz do chicote’, alicerce da Civilização do Açúcar”.

“Essa geografia canavieira colonial modelou grande parte da história subsequente do Brasil e os seus resquícios podem ser encontrados, ainda hoje, em inúmeras paisagens e manifestações culturais do País”. Aponta o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2017, p. 8) que continua citando:

Carro-chefe da economia de inúmeros municípios do País, o setor sucroenergético é apontado, na literatura, como importante modelador do ambiente ecológico, das relações de trabalho e da qualidade de vida, em âmbito local e regional. Além disso, a lavoura canavieira foi o berço de importantes simbolismos e identidades; diversas manifestações culturais, como o Maracatu Rural e o Cavalo Marinho, nasceram entre os trabalhadores nos canaviais e nos engenhos,

durante o período colonial, e ainda hoje permeiam as relações de diversos grupos sociais (IBGE, 2017, p. 8).

Mas, antes de tudo, convido o/a leitor/a a embarcar na história dessa planta antes de ser ferramenta de poder. É bem verdade que o açúcar era artigo de luxo na mesa dos nobres da corte, era considerado uma especiaria e seu consumo era restrito a essa camada mesmo após o crescimento da produção no Brasil. Porém nem sempre foi assim, em muitos locais o seu consumo servia de deleite popular, a cana era consumida assim, como saída da terra.

#### 4.1.1 Relação primária do consumo da cana de açúcar

Neste sub subcapítulo referencio especialmente o historiador e antropólogo Luís da Câmara Cascudo<sup>6</sup> por ser um importante autor na contribuição para os estudos realizados acerca do tema da sociologia do açúcar. Sua sensibilidade em narrar a relação primária dos indivíduos com a cana-de-açúcar enquanto planta e antes de ser relacionado com uma indústria de grande impacto nos países colonizados incluindo o Brasil. Nessa perspectiva, Cascudo (1971, p. 33) traz uma definição da cana-de-açúcar que é poesia aos olhos atentos do/a leitor/a:

Planta alimentar, gramínea que o cultivo adoçou a seiva leve e saborosa. A cana-de-açúcar foi plantada para mastigação e não para o sorvo. Na Índia e na China começa a sua história entre os plebeus e camponeses. Os mais possíveis 4 mil anos de existência não lhe alteram o processo do consumo inicial, onde o açúcar foi fabricado, chupa-se a cana. Brasil, Antilhas, pela América do Sul, Luisiana, toda Ásia, orla Mediterrânea da África, Síria, Egito, Filipinas, Ilhas dos Mares do Sul. Continua na Índia, na Pérsia, na China, África dos Sudaneses e Bantos. Em todas essas paragens a cana é vendida em torinhas, convidando a descascar e morder.

Claramente, a mastigação *in-natura* foi a primeira forma de consumo da cana-de-açúcar e o costume continuou sendo mantida mesmo nos locais onde já existia engenhos e o processamento da cana em açúcar era realizado, como narra Cascudo

---

<sup>6</sup> Luís da Câmara Cascudo foi um historiador, sociólogo, musicólogo, antropólogo, etnógrafo, folclorista, poeta, cronista, professor, advogado e jornalista brasileiro. Passou toda a sua vida em Natal e dedicou-se ao estudo da cultura brasileira.

(1971, p. 40 e 37) “havia o hábito de chupar a cana de Engenho<sup>7</sup> onde quer que exista, Ásia, Oceania, África, e a imediata inclusão desta técnica entre os ameríndios, como já se verificará na Sicília e nas ilhas espanholas e portuguesas atlânticas”. E continua, “em Uganda, África Oriental, os canaviais eram utilizados unicamente para consumo pessoal, agora ampliados, industrializados, produzem açúcar, mas não pertenceu a iniciativa aos gandas, fiéis a cana chupada”.

A cana de açúcar também atraiu o paladar brasileiro. Na colonização, os portugueses trouxeram a cana-de-açúcar para o Brasil, mas como cita Mintz (2003) apud Christine Dabat (2003, p. 348), o consumo do açúcar não pode ser considerado um costume antigo. O processamento da cana-de-açúcar em açúcar cristalizado não ultrapassa 2 mil anos. Na Europa, seus habitantes nunca tiveram contato com o açúcar (sacarose) antes do ano 1000. “No Ocidente, a realeza consumiu a maior parte do açúcar até o século XVII – principalmente como especiaria e remédio, em seguida como decoração e conservante. O açúcar não se tornou um adoçante comum ou alimento corriqueiro antes do século XIX”. Cascudo (1971, p.23) coloca que na Europa o açúcar era “caro feito joia e raro feito justiça”.

Os portugueses trouxeram a cana de açúcar para o Brasil, porém esses tiveram o primeiro contato com a cana-de-açúcar, segundo Cascudo (1971, p. 23), através dos mouros que “plantaram canaviais em Valência e Granada, Leste e Sul da Espanha. Vinham açúcares do levante via Veneza, depois Sicília onde ondulavam canaviais no séc. XIII. Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 16) também cita que

Durante um longo período a Europa fora abastecida pela produção das plantações do mediterrâneo. Essa indústria começou cerca de 700 d.C., quando os árabes introduziram o plantio de cana na Sicília e na Espanha moura, D. Henrique importou da Sicília as primeiras mudas de cana, mandando-as plantar na Ilha da Madeira. Dali rapidamente a cultura difundiu-se para arquipélagos de Açores, Cabo Verde e São Tome.

Esmiuçando mais sobre a origem do processamento da cana em açúcar, Cascudo (1971, p. 34 e 38) ainda aponta que “os árabes refinaram o caldo das canas Persas”. Na cristalização, o açúcar se assemelha aos grãos de areia branco, por isso recebeu esse nome. “Açúcar quer dizer grãos de areia branco”. E continua citando

---

<sup>7</sup> Aqui Câmara Cascudo chama a cana-de-açúcar de cana de engenho por ser plantadas nessas estruturas

que, no Brasil, “sua integração ao cardápio indígena foi imediata aos plantios históricos que faziam saques aos canaviais para consumo deleitoso”. Assim também como “por toda África negra, do Atlântico ao Índico a cana é vendida em pedaços nas praças e mercados, feiras e quitandas. Taipei, Nova Deli, Bali, Samoa, meninos roendo cana com a mesma deliciada compenetração do Brasil”.

O ato de consumir a cana-de-açúcar natural atravessa milênios e observado por Koster (s.d) apud Cascudo (1971, p. 35) em suas viagens pelo Nordeste, aponta que o ato tem o poder sociocultural de reunir pessoas em torno das plantações para o hábito.

No seu Engenho Jaguaribe, nas raias de Olinda, vários dos seus vizinhos e suas famílias vinham para distrair-se na conversação e outros para chupar cana. Xavantes de Goiás em 1819 fala da devoção a cana de açúcar roubada, João Severino da Fonseca em 1877 vê os caraíbas palmeiras chupando cana.

A cana deixou de ser consumida basicamente natural para passar a ser objeto de desejo comercial.

A cana trazida para o Brasil, foi a tipo crioula, originária da Índia e introduzida na Sicília durante a Idade Média. Essa espécie foi o único tipo cultivado no Brasil até o início do século XIX. Era uma planta fina, de gomos relativamente curtos (FERLINE, 1998, p. 34). Depois desse período, a cana crioula foi desbancada pela cana-caiana, trazida da Guiana Francesa. Atualmente a cana-de-açúcar, planta do gênero *saccharum officinarum*, vem sendo geneticamente modificada para ter maior teor de sacarose e resistência às doenças (Fundação Joaquim Nabuco org. 2010, p. 20). Para se obter também maior nível de sacarose, a cana depois de cortada deve ser processada em 24h, caso contrário seu teor de sacarose fica diminuindo (FERLINE, 1998, p. 35).

Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) (2017, p. 15) cita que

As variedades de cana-de-açúcar atualmente cultivadas no Brasil compreendem plantas geneticamente híbridas, obtidas por meio de cruzamento genético. O trabalho de melhoramento genético visa obter espécimes rústicos, resistentes à doenças, bem como com grande capacidade de concentração de sacarose. Desde o final do Século XIX, institutos de pesquisa brasileiros realizam melhoramento genético



de cana-de-açúcar, desenvolvendo mudas adaptadas às diversas condições ambientais do território brasileiro.

“Atualmente, a cana-de-açúcar é o terceiro maior cultivo brasileiro em área plantada, atrás apenas da soja e do milho. Em 2016, os canaviais ocupavam 10,5 milhões de hectares, ou seja, 13,5% do total nacional de área plantada no País” (IBGE, 2017, p. 8).

## **4.2 Pernambuco forjado no açúcar**

“Capitania de Pernambuco, berço da civilização do açúcar”  
(Fátima Quintas)

Já citava Dé Carlí (1940, p. 3) “Em nenhuma outra região do Brasil há mais variados aspectos econômico-sociais que na zona açucareira de Pernambuco. Poder-se-ia mesmo afirmar a existência de problemas humanos do açúcar”. Pois bem, o Pernambuco de civilização que chamo de “forjado no açúcar” carregou o “peso” de ser o berço da colonização com todos os aspectos que percorrem o poderio do latifúndio agroexportador e explorador da mão-de-obra.

Inicialmente, pressionado pelo Tratado de Tordesilhas, mesmo sem recursos, Portugal tinha que ocupar sua colônia para se fazer dono. Até então, a ocupação de territórios ocupados limitava-se a comercialização de produtos extraídos da colônia, como é o caso da Espanha, que solucionou o “problema” da ocupação dos seus territórios na América, extraindo prata que havia em abundância e isso financiava a própria colonização. Já Portugal, tinha que gerar recursos externos, explorando nova fonte de riqueza, pois os territórios das Índias com as especiarias não estavam sendo tão rentáveis e ainda não se tinha descoberto metais preciosos no Brasil. Foi então que a lavoura canavieira surgiu como opção para a ocupação do Brasil. “Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxo constante de produtos destinados ao comércio europeu”. Com isso, Portugal inaugurava uma nova forma de colonização. (FERLINI, 1998, p. 15 e 17)

Antes de tudo, um fator historiográfico importante que devemos salientar foi que a ascensão da cultura da cana-de-açúcar aqui no estado<sup>8</sup> ocorreu de vento e popa pelo fato da capitania de Pernambuco ser a mais próxima de Portugal e assim ter um custo menor de transporte e, também, de que os portugueses antes de trazerem para o Brasil a monocultura da cana-de-açúcar, já tinham tido a experiência enquanto colonizadores nos Açores, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde no mesmo sistema de *plantation* em capitanias hereditárias.

O termo que ficou popularmente conhecido como “ciclo do açúcar” no Brasil, aponta-se que não é o termo mais apropriado a ser usado, por não ter ocorrido apenas em um período determinado, mas ocorrendo em paralelo ao “ciclo” do café, do algodão e do ouro por exemplo, se expandindo de acordo com a alta do mercado mundial e condições climáticas locais que permitiram a linearidade da produção (QUINTAS, 2007, p. 15 e 54). Pesar de que “o açúcar sempre superou os demais produtos, inclusive o ouro, pelo menos no que dizia respeito ao comércio legal” FAUSTO (1994) apud (IBGE, 2017, p. 35).

Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 15-16) cita que a distância entre Brasil e Portugal só tornava viável a produção de mercadoria por causa dos altos preços do açúcar no mercado europeu, assim fazendo Portugal poder arcar com os custos do frete marítimo. Além de quê, também coloca o fato de que “a coroa portuguesa possuía um trunfo: dominava desde o século XV a produção do açúcar, com suas plantações nas ilhas do Atlântico”.

A investida na nova colônia deu tão certo que a produção brasileira foi por muito tempo a mais expressiva no mercado mundial. A cultura da cana “ocupava, em 1960-70, menos de 9,4% da superfície do estado e abrigava 18,5% de sua população, mas liderava os demais setores em termos econômicos” (DABAT, 2003, p. 63). E Pernambuco foi o maior produtor do mundo na segunda metade do século XVI e no século XVII, (QUINTAS, 2007, p. 15). “O açúcar, praticamente uma especiaria, alcançava então altos preços e dispunha de mercado em expansão. De produto medicinal na Idade Média, o açúcar passava lentamente a gênero de primeira necessidade” (FERLINI, 1998, p. 16).

---

<sup>8</sup> Que na época era a Capitania de Pernambuco e abrangia os atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e o Oeste da Bahia.

Para uma fabricação tão expressiva era necessário vasta mão-de-obra para cumprir as etapas da produção como cita Cascudo (1971, p. 69), plantar, replantar, limpar, irrigar, ou seja, “as safras movimentavam meia multidão”.

Segundo Fátima Quintas (2007, p. 15 e 54) a produção de açúcar no Brasil se deu especialmente a partir da iniciativa do colonizador e navegador português, Cristóvão Jacques que inseriu a *plantition* na costa de Itamaracá. Isso mesmo, em Pernambuco! Nos idos do século XVI, na segunda década da colonização do Brasil. No governo de D. João III, com uma forte política de povoamento da região, se abriu caminhos para os novos donatários portugueses também investirem na plantação de cana-de-açúcar. Esses donatários traziam a gramínea das ilhas do Atlântico para cultivar em Pernambuco. Um deles ficando bastante influente, chamado Duarte Coelho Pereira. Continua Fátima Quintas “a Capitania Duartina se desenvolveu à larga, abençoada por um solo especial, uma terra puxando para a cor de sangue, ora arroxeadada, ora quase avermelhada, o massapê<sup>9</sup>”. O massapê era tão ovacionado que se popularizou a sentença que “no Brasil, o açúcar é uma dádiva do Barro, como o Egito é uma dádiva do Nilo” (Fundação Joaquim Nabuco, p. 7).

Inclusive os primeiros engenhos de Pernambuco começaram a funcionar a partir de 1535 com o próprio Duarte Coelho. Em 1550 eram 4 engenhos, em 1570 30 engenhos, e 140 empreendimentos na conquista holandesa (FERLINI, 1998, 24). Falando em Duarte Coelho, é importante salientar que segundo Fátima Quintas (2007, p. 54-55) o mesmo fundou o primeiro engenho de açúcar de Pernambuco, de início chamado de Engenho São Salvador e depois Engenho Velho de Beberibe, que contou com os trabalhos dos mestres-de-açúcar da Ilha da Madeira. Duarte Coelho tinha boas relações com o reino de Portugal e a autora aponta que a civilização do açúcar se iniciou com a contribuição do donatário. Sua capitania se chamou de nova Lusitânia, localizada no povoado de Igarauçu<sup>10</sup>. Fátima Quintas ressalta que “Igarauçu quer dizer barco grande, canoa enorme, como os indígenas designavam as grandes embarcações de Duarte Coelho”. Posteriormente passou a se chamar Capitania de Pernambuco, que também vem de dialeto indígena “Pêra-Nhambuco, que quer dizer

---

<sup>9</sup> O massapê – é o solo predominante da Zona da Mata, de aparência viscosa, oleosa, cor avermelhada (aluviais de massapê e aluviais de barro vermelho) que, aliado à condição climática – clima quente e úmido com duas estações bem pronunciadas durante o ano, uma seca, outra chuvosa – oferece condições excepcionais para a semeadura da cana-de-açúcar. (FÁTIMA QUINTAS, 2007, P. 56)

<sup>10</sup> Usado a grafia da época.

furo do mar, pedra furada, ou buraco no mar”, em alusão aos arrecifes de corais. A sede da capitania foi realocada de Igarauçu e a Vila de Olinda foi fundada, em 1537, onde historicamente se oficializou como início da colonização do Brasil, de fato.

Ainda conforme Fátima Quintas (2007, p. 15)

Olinda nos fins do século XVI era a principal aglomeração urbana da América e serviu de ponto de partida para o avanço dos canaviais: para o Sul até Penedo, para o Norte até Goiana, então capitania de Itamaracá, e para as capitanias da Paraíba do Norte e do Rio Grande.

Beatriz Brusantin, (2011, p. 57) completa que logo os habitantes da vila de Igarauçu, no século XVIII, se deslocaram para a Zona da Mata Norte, fundando o povoamento de Nazareth, pelas melhores condições do solo e por terem recebido terras doadas. Esses habitantes fixaram moradia e construíram engenhos.

Como podemos observar, Pernambuco foi um expoente na formação do Brasil colônia. Nesse sentido, o tema escolhido para o presente trabalho se dá pelo papel de relevância que Pernambuco teve nessa construção, devido a bonança da indústria açucareira na região. Não é à toa que Fátima Quintas (2007, p. 16 e 56) cita que “Pernambuco foi o açúcar, com todos os benefícios e malefícios.” Teve razões que justificaram esse fato, além dos já citados, como ser o ponto de maior “proximidade” com Portugal e a África, experiência dos portugueses já adquirida em outras colônias e as vantagens do solo, houve outros fatores que contribuíram para esse contexto. A autora referida também cita “a grande extensão territorial ocupada pelas plantations” e também a mão de obra barata. Nos locais que atendiam essas condições juntamente com técnica de cultivo conseguiram se expandir. Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 17) por sua vez, cita que Portugal por já ter experiência na produção de açúcar, “dispunha de contatos comerciais que permitia a colocação de produto no mercado europeu” além de “relacionamento com banqueiros genoveses e flamengos que abria-lhes linhas de crédito para o investimento básico” e também coloca o fato do Brasil possuir terra em abundância, assim fazendo que o açúcar pudesse ser produzido em larga escala.

Grande extensão territorial nesse contexto, não quer dizer distribuição justa. Uma vez que as terras na nova colônia eram divididas e cedidas para os poucos sesmeiros, o “ciclo do açúcar” foi marcado pela concentração de terras no controle de pouquíssimos latifundiários. Eisenberg (1977, p. 148) coloca que em 1857, em Sirinhaém, na Mata Sul de Pernambuco, 73 engenhos pertenciam a apenas 4 famílias,

que produziam 37% do açúcar. Em Nazareth, na Mata Norte, 6 famílias controlavam 57,7% de toda a produção açucareira. Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 9) aponta que “na colônia, não era primordial o lucro, o investimento, mas a posse de terras e de escravos, signos e conteúdo da aristocracia rural”.

Essa desigualdade acarretou que centenas de agricultores não possuíssem terras para o cultivo. De acordo com Cascudo (1971, p. 83), por muitas vezes, o lavrador pra poder ter condições de trabalhar, plantava e morava nas terras do engenho e recebia como “salário” a metade do açúcar obtido da sua colheita, pão de açúcar e mel de engenho. E as relações de trabalho eram de total abuso. “Poderiam ser despedidos sumariamente, mesmo com safra fundada, nesse arrendamento sem prazo e figura de direito. O pagamento, parcialmente compensados pelas socas abandonadas, depende da boa vontade do senhorio”.

Caracterizando essas condições exploratórias de trabalho, é apontado que “o açúcar é considerado o primeiro empreendimento capitalista brasileiro na área agrícola” (Fundação Joaquim Nabuco org. 2010, p. 25). A teoria de alienação de Marx é descrita na prática, no mundo do açúcar, por Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 58) quando a autora fala que “a organização do engenho como linha de produção, ao mesmo tempo que dividia tarefas, organizava os trabalhadores dentro de uma atividade continua e sequencial, que os transformava em objetos de processo”. Ou seja, o homem se aliena daquilo que produz, sendo um dos pressupostos do capitalismo.

Pernambuco apesar de ser por certo período o maior produtor de açúcar do país, isso não significou que a indústria avançasse tecnologicamente de acordo com a evolução do maquinário ou que esse fato trouxe melhoria de vida para a sua população. Eisenberg (1977, p. 70) coloca que até 1870 a produção do açúcar na capitania de Pernambuco permaneceu estagnada, no sentido da modernização, havendo resistência ao avanço tecnológico que ficou atrelado aos riscos dos “altos custos do capital e à instabilidade do mercado: — os riscos e dificuldades da modernização eram tais que os engenhos mais modernos do século XIX eram subsidiados pelo governo”. Mas como cita Vera Lúcia Ferlini (1998, p.62) “a produção de açúcar na colônia permitiu ao comércio europeu intensificar a acumulação de capitais, que resultaria no século XIII, na revolução industrial e na afirmação do capitalismo”.

O empresariado do açúcar resistiu o quanto pôde à modernização e, isso quer dizer mais de duas décadas. Pois em 1890 até o início do século XX, a Europa passou

a consumir menos o açúcar brasileiro por estar produzindo açúcar de beterraba e com isso houve queda de 8% no mercado de exportação do país. Como estratégia de não perder espaço no setor açucareiro, o governo imperial investiu em tecnologia, sendo Pernambuco, principalmente a zona da mata, o beneficiado de grande parte desses investimentos para que se mantivesse no mercado internacional. Essa modernização veio junto com as primeiras ferrovias privadas para fazer o traslado entre engenhos para o transporte da cana de forma mais eficaz (BRUSANTIN, 2011, p 41).

A cultura canvieira era tão forte em Pernambuco que se expandiu até o sertão. Que não tinha condições climáticas favoráveis, porém, segundo Fátima Quintas (2007, p. 16), a cana de açúcar era cultivada em pequenas parcelas nos chamados “Engenhos rapadureiros”, voltados para a produção da rapadura e da cachaça. Esses engenhos não obtinham tecnologia como passaram a obter os engenhos do litoral, que tinham além de melhores condições climáticas, o massapê, técnicas de cultivo mais avançadas, assim atendendo as demandas internacionais e garantindo investimentos. Logo porque, com a possibilidade de investimento, os engenhos do litoral movidos a tração animal avançaram para serem movidos a água, depois a vapor e por fim se tornando usinas de pequeno, médio e grande porte.

Tudo que era extraído a partir do beneficiamento da cana-de-açúcar era comercializado, como cita Cascudo (1971, p. 82), era vendido o “açúcar refinado, os roletes de cana, mel, garapa, rapadura, vários tipos de açúcar populares. Assim também a cachaça, o caldo da cana e até o bagaço servia para alimentar as fornalhas”. Willen Pies (1648) apud Cascudo (1971, p. 82) afirma que “no Recife de 1638, nenhuma mercadoria dessa terra existe que dê mais lucro aos negociantes”. E permaneceu assim ao longo das décadas.

A expansão do mercado se deu pelas várzeas do Capibaribe, Beberibe, Jaboatão, Una e etc. fazendo Pernambuco entrar no mapa do açúcar no mercado mundial. Com crescimento na comercialização, a quantidade de engenhos também aumentou progressivamente. Em 1583 existiam 66 engenhos; em 1608, 77 engenhos (QUINTAS, 2007, p. 55). Com um crescimento desenfreado do número de engenhos e terras ocupadas para as infinitas plantações de cana de açúcar, um avanço não planejado e exploratório da terra acarreta impactos que deixaram suas marcas na região da zona da mata a nível não somente ambiental, mas também social, cultural, econômico e etc. Como coloca Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 46) “o açúcar resultou da articulação de uma estrutura técnica e social de produção, que realmente se

engrenava como um complexo “engenho””. Ao final do primeiro século de colonização, o Brasil produzia anualmente 350 mil arrobas de açúcar. Até 1650 foram os anos de glória (FERLINI, 1998, p. 24).

Na atualidade, o Brasil segue sendo um importante mercado do gênero açucareiro.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO), desde 1980, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, ultrapassando a Índia. A partir dos anos 2000, a distância entre os dois países só aumentou; entre 2009 e 2014 (último ano com informação disponível), o Brasil produziu pelo menos o dobro do que a Índia (IBGE, 2017, p. 33).

Dados do IBGE (2017, p. 80) ainda mais atualizados mostram que a indústria segue o mesmo modelo exportador do Brasil colônia.

Em 2000, o Brasil produzia mais de 19 milhões de toneladas de açúcar, com 33,5% deste montante voltado para exportação. Em 2015, a produção saltou para mais de 35 milhões de toneladas, com 67,4% do total voltado para mercados internacionais. Não obstante o volume destinado para atender aos mercados internos tenha se elevado, em termos relativos, a produção de açúcar voltou-se prioritariamente para o exterior. As exportações do produto saltaram 269,3% no período, ante um crescimento de 83,6% na produção, e consolidaram o País como líder mundial de exportações de açúcar.

Atualmente, todos os estados do Brasil têm plantação de cana-de-açúcar. “Segundo dados da Pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM do IBGE (2015) apud IBGE (2017, p. 15) havia plantações de cana em 3276 dos 5570 municípios brasileiros, 59% deles, portanto, inclui o Distrito Federal e Fernando de Noronha”.

### 4.3 Capítulo II - IMPACTO DOS ENGENHOS NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCANA

O nome engenho refere-se à dimensão engenhosa que os mouros atilaram na construção da moenda, pois se tratava de um mecanismo habilidoso e astuto, cujo funcionamento dependia de uma engrenagem à base de encaixes (QUINTAS, 2007, p. 58).

Os engenhos vieram com toda força para as terras de Vera Cruz. Com todos seus “benefícios” da chamada civilização e também seus impactos, em mata virgem e regiões já habitadas pelos povos tradicionais, pois antes de ser terra de Vera Cruz, Pindorama já existia. Se erguia um novo modelo de sociedade, o industrial.

Cascudo (1971, p. 64) narra, “começam os plantios ao redor das vilas, nas vizinhanças das autoridades do Rei. Derrubar mata, matar indígena, ver subir fumaça pelo cilindro do bueiro soberano, marcando a presença do bicho homem.”

Para que toda uma indústria se levantasse em terras colonizadas, agora de reis, rainhas, senhorios, o desmatamento fez parte das ações de impactos predatórios que acompanharam esse processo para abrir espaço para a *plantation*. Andrade (1974, p. 27) afirma que a mata que era antes inviolada foi devastada por diversos motivos:

habitat do canavial, lenha de fornalhas, material para as caixas de armazenamento do açúcar e para o fabrico de portas, janelas, altares, púlpitos e mobiliário... em Portugal. Uma exportação que vingou sem clemência. A arribação de muita madeira de lei acentuou-se após o terremoto de 1755, em Lisboa, quando houve maciços embarques para a Europa de jacarandá, pau d’arco e sucupira.

Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 37-38) também cita que “o litoral nordestino, primitivamente recoberto de matas, foi devastado”. E que “a escassez de lenha obrigou, com o tempo, à construção de engenhos mais afastados do litoral”.

Freyre (2004) e Andrade (1994) apud IBGE (2017, p. 25) também discorrem acerca do tema afirmando que “nos primeiros séculos, a canavicultura brasileira esteve praticamente restrita às várzeas dos pequenos rios que deságuam no Oceano Atlântico” e que nos estados de Pernambuco e de Alagoas, entretanto, “a cana ocupou não somente os vales de massapé, mas também as encostas dotadas de solos de argila laterítica. As encostas de colinas e morros eram cultivadas até certa altura, de modo que os topos permaneciam florestados”. O IBGE termina completando que



“tanto nas paisagens canavieiras litorâneas quanto nas paisagens interioranas, a situação típica é uma matriz de plantações com ilhas de vegetação nativa suportando uma empobrecida fauna nativa”.<sup>11</sup>

O desmatamento se deu de forma agressiva, sem respeito ou prudência, como aponta Fátima Quintas (2007, p. 62) “na luta aguerrida pelo açúcar, sôfrega na sua invasão, a usurpar o que não era seu”. Outro duro impacto na formação da civilização do açúcar é o genocídio indígena. Com as derrubadas das matas, centenas de aldeias de povos tradicionais foram destruídas e seus habitantes massacrados que segundo Christine Dabat (2003, p. 64) “contribuiu para acelerar a desapropriação violenta dos ameríndios, começando com a instalação colonial e continuada até épocas recentes”. Fátima Quintas (2007, p. 128) inclui que para a implementação da monocultura da cana-de-açúcar, houve um longo processo de dizimação dos povos nativos que aos milhões eram “organizados em centenas de grupos étnicos e culturais” que habitavam na mata atlântica.

“Tinha muita mata verde. Muita caça, muita árvore. Todos rios, açudes, lagoas que tudo tinha peixe. O alimento, para quem se movia, era mais fácil.” José Antônio de Lima. “Antigamente tinha [caça] porque tinha muita mata, e a gente matava muito tatu, muita paca, porco do mato. Fazia uma espera, matava uma paca. Tinha [peixe] porque a gente, naqueles brejo, a gente ajuntava um camarãozinho, um sarapó, por ali. E a gente botava o balaio dentro e ia comendo.” João Francisco dos Santos. (DABAT, 2003, p. 424)

A mata atlântica que foi devastada para a monocultura da cana-de-açúcar, tinha uma biodiversidade incrível de árvores frutíferas que também proporcionava aos habitantes da zona da mata ter a caça e a pesca como fonte de proteína. Quintas (2007, p. 18) cita as frutas da terra, a exemplo do caju, do sapoti, da goiaba, do araçá, etc., além de animais de caça – tatus, veados, cotias, pacas, antas que se gerava uma autonomia alimentar, no entanto como coloca José Antônio da Silva “o acesso às matas e até mesmo aos rios para abastecimento das famílias obtinham limitações e

---

<sup>11</sup> Em geral, nos estabelecimentos canavieiros, os pequenos remanescentes de mata são resultado das requisições legais. Dentro das terras privadas, a legislação prevê dois tipos de áreas naturais protegidas: Áreas de Proteção Permanente - APPs e Áreas de Reserva Legal - ARLs. As APPs compreendem porções da paisagem especialmente sensíveis, em termos ambientais, a saber, matas ciliares, matas de encostas e cabeceiras de rios. Por seu turno, as ARLs são terrenos localizados dentro de propriedades privadas e que, excluindo as áreas de preservação permanente, são consideradas necessárias à sustentabilidade ecológica e à conservação da biodiversidade. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006 (CENSO..., 2017), a maior parte dos estabelecimentos canavieiros brasileiros não possuía reserva legal (IBGE, 2017, p. 25)

proibições dos latifundiários que se exerciam tão violentamente (potencial - como ameaça - ou efetiva) quanto para outras interdições na vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias”. Além do avanço dos canaviais, as proibições não tinham nenhum respaldo que não seja o simples controle da região, da vida e da liberdade dos não abastados. “12 pé de coqueiro, que tinha, pé de jaqueira tinha um bocado; pé de laranja; pé de manga tinha três somente. Eu sei que ... botaram trabalhador de machado e derrubaram tudo”. A ocupação das terras para o plantio da cana de açúcar foi de efeito devastador e criminoso, além da proibição do usufruto dos meios naturais e a derrubada das matas, as indústrias lançavam de aviões produtos químicos nas florestas, assim como nos rios, poluíram completamente o ambiente matando a maior parte das espécies que os trabalhadores rurais costumavam caçar (DABAT, 2003, p. 428-429 e 562).

A devastação era praticada de modo exploratório que, segundo Fátima Quintas (2007, p. 61), “A Mata Atlântica, que ainda era inviolada, viu-se devastada por vários motivos: habitat do canavial, lenha de fornalhas, material para as caixas de armazenamento do açúcar e para o fabrico de portas, janelas, altares, púlpitos e mobiliário.” Também se exportava para Portugal muita madeira principalmente após o terremoto de 1755, “em Lisboa, quando houve maciços embarques para a Europa de jacarandá, pau d’arco e sucupira.” Não existia nenhuma restrição quanto ao desmatamento, pelo contrário, nas décadas seguintes, as empresas do setor sucroalcooleiro tinham total liberdade e vieram a ter até incentivo com programas da Proálcool (DABAT, 2003, p. 422).

E nascia uma nova era, o espaço que era conquistado através da violência, genocídio e devastação foi tomado para se plantar cana e levantar engenhos. No desenvolvimento dos tais engenhos, para que perpassemos pela sua dinâmica, friso que chegou a existir três tipos na medida que foram avançando na modernização. Fátima Quintas (2007, p. 57) cita:

- a. Os reais, movidos a água, os preferidos dos senhores de engenho por acelerar a produção e oferecer uma maior rentabilidade;
- b. Os trapiches, aqueles que utilizavam a tração animal;
- c. Os a vapor, surgidos no século XIX, em decorrência da modernização da técnica.

“A denominação engenho, de início restrita as instalações onde se dava a manipulação da cana, estendeu-se com o passar do tempo a toda propriedade

açucareira com suas terras e lavouras”. Na prática, ficou popularmente conhecido como engenho “todo um conjunto de edificações em geral interligadas formando um impressionante conjunto arquitetônico”. Contudo “O engenho era, pois, uma complexa combinação de terra, técnica, trabalho compulsório, empresa e capital, que abrangia moendas, partidos de cana, pastos, senzalas, casa-grande, escravos e equipamentos”, coloca Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 30 e 42)

No geral, um engenho compreendia vários territórios singulares e Fátima Quintas (2007, p. 57 e 62) pontua: A casa grande, senzala, fábrica e a capela. Os engenhos eram construídos em terreno baixo, assim para ficar mais próximo dos rios que tinha a força da água convertida em energia hidráulica, além disso, tinha suas águas usadas para umedecer a terra e escoar o produto por transporte fluvial, que era o transporte preferido pelos senhores de engenho.

Falando no senhor de engenho, a sua figura fez parte da criação de toda uma civilização açucareira e envolve vários aspectos de influência aristocrática, como cita Cascudo (1971, p. 63-64).

Os Canaviais atestam na posse útil que a varanda do barão é o mirante dominador do reinado. O açúcar de todas as Antilhas, pequenas e grandes, não proporcionou o nascimento da aristocracia rural, Os Barões de melado, Visconde de bagaceira, proprietários de eleições até 1870. O Herdeiro nascia Infante no canavial, incluindo no almanaque de Gotha da aristocracia rural, era uma credencial, como o filho de general, no exército, ou filho do Embaixador, na diplomacia. O nascimento do novo senhor de Engenho foi por cissiparidade. É apenas uma divisão orgânica do plano psicológico. Abandonou o pelotão, mas continua no regimento da classe de comando, com idêntica atividade econômica, política, moral, doméstica e pública.

Os senhores de engenho recém chegados à colônia, segundo Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 8-9 e 48) “deixava-se ficar, sempre na esperança de enriquecer e retornar. Mas se enraizava, afidalgando-se em escala jamais sonhada. A riqueza e o poder que obtinham, no mundo do açúcar, eram muito maiores do que a recompensa puramente econômica e imediata.” E, diferente de como ocorria nas Antilhas, onde os senhores do açúcar preferiam morar na metrópole e destinar o controle da indústria a terceiros no Brasil, “o proprietário do engenho era residente e presente em toda safra”. Sendo verdadeiramente o administrador do empreendimento açucareiro assessorado por um padre e pelo feitor-mor.

Depois de bem estabelecidos na região da zona da mata pernambucana e com o desenvolvimento da indústria do açúcar, os engenhos, segundo Mintz (1998) apud Dabat (2003, p. 352) começaram a serem vistos não mais simplesmente dentro do espectro feudal escravista meramente a serviço do capitalismo mercantil, mas uma empresa de fato agroindustrial capitalista no seu modo de produção em larga escala que mais tarde se localizou dentro dos marcos da globalização. Por tanto da expressão “fábrica do campo” utilizada por Robert Fogel e Stanley Engermann (Time on the Cross. 1972, p. 218) ou como coloca Loreto Couto “oficina do açúcar” (Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco. 1981, p, 65) se referindo ao engenho. Mintz (1991) apud Dabat (2003, p. 354 e 360) aponta que até mesmo antes das usinas existirem, os engenhos já eram “fábricas do campo”, por serem no meio rural, evidentemente de base agrícola, Mintz chama de “o curioso disfarce da indústria em agricultura” Mintz também levanta a questão, “era o escravo de plantação um proletário? Otávio Ianni (A Classe Operária Vai ao Campo. 1977, p. 36) avalia: “A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade no campo. Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 9 e 45) destaca também que “o escravismo no mundo dos senhores do açúcar foi elemento da história da gênese do capitalismo” e traz a reflexão que “ao observador do século XVII chocava a imagem de pesadelo, do trabalho nos engenhos do açúcar. Fogo, suor, negros, correntes, rodas, caldeiras ferventes compunham o quadro de labor incessante das fabricas de açúcar”. Processo que ocorria “diuturnamente, nos meses de safra de agosto a maio”.

E foi dentro dessa configuração que as relações de trabalho se formaram no meio rural da indústria açucareira. O trabalho é remetido como o das fábricas por causa das jornadas exaustivas e sem horário definido para o cumprimento das diversas funções até o beneficiamento da cana, que contemplava desde a plantação até a fabricação do açúcar. Quintas (2007, p. 59-60) coloca as etapas realizadas para a produção do item comercializado:

- Preparo da terra - A enxada, apenas a enxada na mão do homem, sumariou o instrumental precípua.
- Plantio – A etapa mais simples da manufatura do açúcar.
- Colheita – Tarefa penosa. Trabalho lento. Ainda hoje se faz com facão e foice. Exige do homem uma energia vital incomum. Debaixo do sol, a céu aberto, do amanhecer ao anoitecer, o negro embrenhou-se no canavial, a cortar a cana uma a uma, deixando-se alagar em suor não somente pelas

altas temperaturas com também pelo esforço despendido em uma ocupação rude e primária.

- Depois a cana de açúcar passa pela moagem, cozimento e purificação.

Depois desse processo, está pronto para ser enformado. As formas depois de esfriadas “são colocadas nos balcões da casa de purgar, eram submetidas ao longo processo de clarificação. O açúcar aguardaria cerca de quarenta dias para ser desenformado, dividido, pesado e encaixotado”. Um processo longo e demorado que fazia que durante a safra, o engenho operasse “vinte horas seguidas, com um descanso de quatro horas para a limpeza dos equipamentos” (FERLINI, 1998, p. 47)

Os engenhos se perpetuaram até a modernização dos meios de produção que como visto anteriormente e agora segundo Maria Wanderley (1979, p. 28) foi dado a passos lentos. Com crescimento extensivo, mas com recursos limitados, as transformações tecnológicas eram mínimas devido ao alto custo das máquinas a vapor que estavam disponíveis desde o ano de 1817. As máquinas a vapor possibilitavam maior produtividade comparada às máquinas movidas a água ou a tração de animais, reduzindo também a área de pastagem. Fátima Quintas (2007, p. 62) completa afirmando que os engenhos movidos a água para se utilizar dos rios, se fixaram na mata úmida, na zona da mata, onde se localiza a maioria dos rios, em Pernambuco. Já com a maquinaria a vapor, a cultura tinha condições de se expandir se afastando dos rios. Porém, mesmo com a modernização da maquinaria a vapor, Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 35) cita sobre a escoamento da cana, que das lavouras para o engenho, seguia em barcos ou carros de boi. É o uso de barcos ainda era mais vantajoso para os plantadores estar perto dos rios, permitia esse transporte fluvial para os engenhos, sendo o meio de transporte ainda preferível. Assim, “a vizinhança dos rios era elemento fundamental para a agroindústria do açúcar”.

Ainda sobre a troca da máquina a vapor, Maria Wanderley (1979, p. 35) chama atenção:

Considerando a abundância de terras, os preços relativamente acessíveis dos animais e a existência de numerosos rios na zona canavieira, a aquisição da máquina a vapor não teria nenhuma justificativa econômica imediata, tanto mais quanto seu emprego não deveria alterar o rendimento açúcar/cana, principal preocupação dos senhores de engenho. Por outro lado, desde que a terra fosse abundante, sua utilização para a cultura da cana determinava-se, essencialmente, pela disponibilidade de força de trabalho. Enquanto o

preço dos escravos permaneceu acessível, pelo menos a uma grande parte dos proprietários, e sua importação assegurada com regularidade, os senhores de engenho mantiveram pouco interesse por mudanças tecnológicas mais amplas, tanto no setor agrícola como na fabricação do açúcar.

O atraso tecnológico culminou em 1875 com uma crise na lavoura, e trouxe também bastante impactos para a zona da mata de Pernambuco, tendo alguns pontos citados no parecer da comissão parlamentar como princípio ativo de tal decadência: A falta de conhecimento agrícola; com a não rotatividade das culturas, a monocultura causou a baixa dos preços e esgotamento do solo; o não investimento em máquinas aperfeiçoadas; a falta de ferrovia para escoamento da cana; impostos altos para exportação; as secas de 1877 e 1878 e a falta de braços. Com a crise e se espelhando na experiência das Antilhas, na década de 1880, a indústria açucareira pernambucana participou do programa de implantação de Engenhos Centrais e usinas subsidiados pelo governo (BRUSANTIN, 2011, p. 43-44).

Como aponta Cunha (1995, p. 56) é importante salientar que “a estruturação do parque industrial do açúcar ocorreu num cenário de intensas transformações na sociedade, marcado pelo processo inicial da industrialização brasileira, pela ebulição política causada com o fim jurídico do trabalho escravo, e o surgimento da República”.

Portanto, ainda no século XX, com a industrialização já iniciada e os engenhos banguês<sup>12</sup> sendo substituídos gradualmente pelas usinas em Pernambuco, em registro estatístico realizado em 1920 para todo o Nordeste, ainda existia “5.370 engenhos movidos a animais, 1.609 a vapor e 444 a água”. Em 1980 de fato há um salto na modernização das máquinas e o cenário se modifica para o aparecimento de novas usinas. (QUINTAS, 2007, p. 63-64).

Com um novo momento de transformação, o sistema de produção se modificou, e com ele o poder soberano do senhor de engenho que resultava nos profundos impactos para a região, como já vimos, se abalava, como narra Cascudo (1971, p. 67 e 18) “os personagens que o açúcar ambientou em 400 anos, findará pelo desaparecimento do cenário propulsor. A transformação industrial, multiplicando a produção, foi despedindo velhos intérpretes incapazes de atender às exigências dos papéis novos”. E continua:

---

<sup>12</sup> Os engenhos tipo banguês eram movidos a tração animal ou humana

Os últimos senhores resistindo no primeiro terço do sec. XX eram anacrônicos, inatuais. Quando o engenho freguesia, em Matoim, foi vendido com IV sec. de trabalho, desaparecia o fundador do açúcar, patrono da aristocracia rural, castelão da casa grande, áspero, autoritário, generoso, imprevidente, triunfal.

Quando falamos em toda uma civilização formada ao redor dos engenhos e de uma burguesia que firmou seu papel social em décadas, é importante frisar que os engenhos criaram uma injusta divisão de classes, obviamente. Casa Grande e Senzala se tornaram a síntese de um modelo econômico e social, mantido amargamente mesmo após o “ciclo do açúcar” (Fundação Joaquim Nabuco org. 2010, p. 13) e também cultural. Trazendo um dos maiores impactos refletidos nas condições e relações de trabalho dos trabalhadores rurais do corte de cana ainda nos tempos atuais e, na relação das indústrias com o meio ambiente. Como coloca Eisenberg no título do seu livro “uma modernização quase sem mudanças”. Resquícios da civilização do açúcar, como também narra Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 8) ao dizer que apesar de ao longo de três séculos a colônia tenha sofrido modificações, as linhas gerais, marcadas pela produção açucareira permaneceram como matriz de nossa sociedade.

Essa realidade pode ser observada nitidamente com dados recentes do nosso milênio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organizado pela Fundação Joaquim Nabuco, que revelam que, até 2006, eram cerca de sete milhões de hectares ocupados com plantações de cana-de-açúcar. Na maioria ainda se pratica queimadas gerando um custo alto pro meio ambiente da zona da mata com redução da biodiversidade e fuligem que libera gases de efeito estufa durante todo período de colheita além de que só no séc. XIX que o bagaço da cana começou a substituir a madeira da mata atlântica nas fornalhas dos engenhos e usinas. Ou seja, 300 anos de devastação só para o fabrico do açúcar. Também foi denunciado, em registro da Fundação Joaquim Nabuco org., que cada trabalhador do corte de cana precisa cortar 6 toneladas de cana por dia para garantir o sustento da família, e nas usinas com corte mecanizado a exigência aumenta para mais de 10 toneladas por trabalhador em uma jornada de até 18 horas. (Fundação Joaquim Nabuco, org. 2010, p. 29 e seg).

Os engenhos trouxeram impactos vitalícios para Pernambuco e principalmente para a Zona da Mata, onde a maioria dos engenhos e usinas foram instalados. A devastação da mata atlântica implica no desaparecimento da fauna e flora característica, os novos donos das terras também passaram a restringir a pesca e

usufruto dos rios pela população da região. O trabalho nos engenhos seguia o regime da era industrial com exploração da mão de obra escravizada e posteriormente assalariada precarizada semi-escrava que marcou profundamente as relações de trabalho e qualidade de vida dos canavieiros.

Também é importante salientar que atualmente, “estudos indicam que alguns dos agrotóxicos utilizados na canavicultura podem vir a contaminar o lençol freático, por meio da lixiviação das substâncias pelo solo”. e que “o mesmo acontece com o uso da vinhaça<sup>13</sup> utilizada na fertirrigação, que pode causar impacto no lençol freático e corpos d’água” (IBGE, 2017, p. 22).

#### 4.3.1 As usinas

Como podemos observar no subcapítulo anterior, a instalação de usinas e engenhos centrais<sup>14</sup> substituindo os antigos engenhos banguês, não se deu de forma homogênea pela zona da mata de Pernambuco. Segundo De Carli (1940, p. 54), em 1884, foram fundados 4 engenhos centrais e as primeiras usinas surgiram da seguinte forma:

Alguns senhores de engenho e comerciantes, que possuíam várias propriedades e capitais, passaram a implantar fábricas idênticas do ponto de vista técnico, mas nas quais havia o controle, por uma pessoa física ou por uma empresa, de toda a atividade econômica, desde o plantio da cana até a produção do açúcar ou do álcool e da aguardente. Essas unidades eram chamadas de Usinas e deram início a uma disputa de áreas de influências com os Engenhos Centrais. Muitos Engenhos Centrais tiveram curta duração ou se transformaram em Usinas.

Os primeiros engenhos centrais ficariam monopolizando todo o processo industrial na fabricação do açúcar e os antigos engenhos passariam apenas a fornecer a matéria-prima, ou seja, a cana de açúcar das suas plantações. Para os donos de engenhos tradicionais, essa alteração, teria como principal consequência a separação definitiva entre agricultura (o cultivo) e indústria (o processamento da cana) (CUNHA, 1995, p. 21).

---

<sup>13</sup> A vinhaça é um líquido marrom-escuro que exala forte odor e cujas características químicas são baixo pH, alto teor de potássio e alta carga de matéria orgânica, sendo mais utilizada nos campos rebrotados (IBGE, 2017, p. 22)”

<sup>14</sup> Engenhos centrais precederam as usinas por serem mais modernos que os engenhos banguês



Mintz (1988) apud Christine Dabat (2003, p. 355) coloca que para a combinação da produção agrícola com a industrial na produção do açúcar era exigido clima adequado, investimentos, mão de obra barata e abundante, técnica fabril especializada, coordenação das etapas do processamento a nível agrícola e industrial e cita que os engenhos eram complexos agroindustriais. Ou seja, mão de obra barata e abundante era a mão de obra escravizada.

Além de tudo, segundo Cunha (1995, p. 8) às técnicas gerenciais e agronômicas disponíveis e necessárias ao acompanhamento do processo capitalista de produção da agroindústria; continuaria voltado para sua tradição latifundiária escravista.

De acordo com Bonifácio de Andrade (1975) apud Beatriz Brusantin (2011, p. 44), na década de 1890, Pernambuco teve a maior alteração da paisagem econômica, social e física. As usinas com seus avanços para a modernidade precederam o que o autor chama de “revolução açucareira, que é a supremacia das cidades sobre as áreas rurais e a mudança do trabalho escravo para o assalariado juntamente com a concentração de capital”.

Poderiam taxar de nefasta a influência da Usina sobre a evolução da cidade, com os testemunhos flagrantes da decrepitude de cidades antigamente prósperas. Realmente, onde existe a Usina processou-se uma rápida decadência da capital municipal. Goiana, Igarassu, Cabo, Ipojuca. Rio Formoso, Sirinhaém, Água Preta, Gameleira e Quipapá, são cidades que tiveram grande progresso e centralizaram agitada vida social. Em volta dessas cidades se espalhavam centenas de engenhos, onde viviam os senhores de engenhos, com sua família e agregados. As dificuldades de transporte com o Recife fortaleciam os interesses dos proprietários em torno da vida social, econômica e política do município. A vida do interior da zona da mata de Pernambuco ressurgiu onde a Usina se instalou (DÉ CARLÍ, 1940, p. 6 e 7)

Cunha (1955, p. 34) também aponta que o processo de mudança da maquinaria e novas tecnologias para a produção trouxeram bastante repercussão na questão trabalhista. Coloca que a energia a vapor revolucionou os engenhos por permitir mecanizar o transporte dentro da fábrica e unificar numa caldeira central toda energia necessária a acionar as várias etapas do processo de fabricação do açúcar e tendo meios de produção mais complexos as novas usinas precisariam de “trabalhadores tecnicamente melhores qualificados”. E cita que os novos recursos tecnológicos com a ampliação do uso da energia a vapor possibilitaram a construção de novas ferrovias

e introdução de elementos químicos para a purificação de água que contribuía para o fim dos engenhos banguês que não tinham essas ferramentas a seu dispor e que mais tarde viriam a ser compradas por usineiros.

Porém, mesmo mediante as novas possibilidades de industrialização, o avanço foi considerado atrasado, principalmente, além dos já citados, por causa da lei áurea, que modificou o método de trabalho escravo para o assalariado. Como aponta Eisenberg (1977, p. 60), a escravidão proporcionava trabalho abundante e barato e os senhores de engenho não optaram em capacitar os escravos para manusear as máquinas com tecnologia mais adiantada, “em parte porque, para o autor, eles próprios eram ignorantes e, em parte, porque temiam colocar em mãos indiferentes ou hostis maquinaria valiosa. Já o trabalhador livre, por conta de algumas oportunidades educacionais ou a falta delas, era um pouco mais apto a operar e a manter maquinaria moderna”. Cunha (1995, p. 35) cita que o manuseio e conservação desses novos equipamentos implicou na ampliação do trabalho qualificado na região.

Os senhores de engenho queriam modernizar a produção, para ter maior nível de produção para exportação, mas havia a preocupação de mudar o que estava “dando certo há séculos”. Mas será que com a queda dos engenhos para o nascimento das usinas houve um avanço também nas relações de trabalho dos usineiros com os trabalhadores? Christine Dabat (2003, p. 355) coloca que não, as usinas seguiram com os traços presentes dos engenhos banguês e afirmando que:

Não houve ruptura, mas continuidade a este respeito. As mudanças, gerando angústias sem fim em José Lins do Rego e em Gilberto Freyre, eram restritas à classe dos senhores de engenho, aqueles destronados da sua posição de dominação absoluta pelos seus primos que se tornaram usineiros. As empresas permaneceram decididamente agroindustriais e capitalistas. A plantaçã – seja ela acoplada a um engenho ou a uma usina - não poderia então representar um outro modo de produção, passado ou alternativo (no tempo da escravidão); menos ainda na fase subsequente.

Porque na verdade os engenhos banguês prolongaram as atividades até quando foi possível em contraponto ao ápice das usinas, isso por mais de 70 anos. É apontado que só no fim dos anos de 1951-60, os engenhos banguês acabaram definitivamente (BRUSANTIN, 2011, p. 46). Fátima Quintas (2007, p. 64) afirma: “o surgimento da usina, no final do século XIX, sustentou o poder canavieiro por alguns

anos, mas não o “perpetuou” em Pernambuco – a excelsa capitania da sacarose – para além dos primórdios da segunda metade do século XX”.

A Usina apareceu pequena. As quatro primeiras tiveram uma capacidade de 300 a 400 toneladas. Falharam, porém, por motivos de administração, de gastos exagerados e de luta entre os usineiros e fornecedores de cana. Possuíam, no entanto, 3 rolos de moendas somente, e datam de 1884. Foram Cuyambuca, a do Cabo, Escada e Bom Gosto. Com o fracasso das primeiras usinas temeu-se que Pernambuco não acompanhasse o ritmo da industrialização da época. Um pouco depois apareceram as moendas de seis rolos. Na Usina "João Alfredo", em Goiana, instalou-se pela primeira vez a "dupla pressão". Nessa Usina montou-se o primeiro esmagador, tipo "Krajewski". Mais tarde, na Usina Catende, se instala uma moenda de 8 rolos. Em 1906, na Usina Aripibú, é montada uma moenda com 11 rolos e depois, na Usina Nossa Senhora das Maravilhas, outra com 14 rolos. Eram verdadeiros trens de moendas, que se amarravam em possantes bases para esmagar as canas do fértil vale de Goiana. Foi assim que cresceu a Usina. (DÉ CARLÍ, 1940, p. 23 e 24).

No decorrer das décadas do sec. XX houve uma drástica diminuição do poder das indústrias que em 1929 ainda eram potência na indústria, e registros do quadro abaixo apontam a plena produção das usinas, mas que não seguiu igual no sec. XXI. Dezenas de usinas vieram à falência e no ano de 2020, alguns produtores de cana tiveram iniciativa de arrendar usinas paradas para retomarem a indústria sucroenergética no estado. Hoje em dia muitas usinas também funcionam em sistemas de cooperativas (União Nacional da Bioenergia, 2020). Das 42 usinas que estavam em atividade nos anos 1980, restaram apenas 16 na ativa.

No quadro 1 apresenta um panorama das usinas ativas em Pernambuco.

#### QUADRO 1 - USINAS ATIVAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

USINA	ANO DE FUNDAÇÃO	MUNICÍPIO	ATIVIDADE ATUAL	HISTÓRICO
Alcoolquímica	-	Vitória de Santo Antão	Em atividade	-

Bom Jesus	1895	Cabo de Santo Agostinho	Em atividade	Em 1929, tinha capacidade para processar 400 toneladas de cana em 22 horas, possuía seis quilômetros de via férrea, seis locomotivas e 130 vagões com cerca de 400 operários. O transporte da cana e da lenha por via férrea própria. A produção de açúcar era transportada para o Recife por via marítima. Possuía uma grande vila operária e uma escola com frequência anual de 30 alunos.
Usina Bulhões	1895	Jaboatão dos Guararapes	Em 1982, foi vendida à Agropecuária Jaime Beltrão. Em 1990, o grupo se dividiu e a usina passou a pertencer a Roberto Lacerda Beltrão, filho de Jaime Beltrão. Atualmente, a usina Bulhões possui onze fundos agrícolas com capacidade para produzir 200.000 toneladas de cana.  Atualmente conhecida por Camaçari Agroindustrial LTDA	Em 1929, possuía 27 quilômetros de via férrea que se comunicava com a Great Western, quatro locomotivas e 44 vagões (de 8 a 10 toneladas). Tinha capacidade para processar 400 toneladas de cana e fabricar 3.000 litros de álcool em 22 horas. Só em 1906, foi totalmente remodelado tornando-se uma usina. Durante a moagem trabalhavam na fábrica cerca de 200 operários. O transporte da cana e da lenha era feito pela ferrovia própria e caminhões e o da produção de açúcar e álcool pela Great Western e também caminhões.

Central Olho D'Água	1928	Camutanga	Em atividade	Em 1998, tinha capacidade para esmagar 9.000 toneladas de cana e produzir 15.000 sacos de açúcar por dia.
Cruangi	1918	Timbaúba	Em atividade/ processo judicial	Em 1929, a usina tinha capacidade para processar 400 toneladas de cana e fabricar 2.000 litros de álcool em 22 horas, possuía 12 quilômetros de via férrea, 2 locomotivas e 42 vagões que faziam o transporte da cana e da lenha. O açúcar e o álcool eram transportados pela <i>Great Western</i> . Com cerca de 100 operários. A usina tinha uma vila operária, um médico, fornecia remédios e mantinha uma escola com frequência média anual de 270 alunos.
Cucaú	1895	Rio Formoso	Conta atualmente com 29.733 hectares, sendo 5.400 hectares de área mecanizada. Possui 49 engenhos, entre os municípios de Rio Formoso, Ribeirão, Gameleira e Serinhaém, 36 escolas, serviços de assistência à saúde e política habitacional para seus operários.	A fase de expansão da empresa teve início em 1944, quando o controle acionário da usina foi adquirido por Armando de Queiroz Monteiro que assumiu sua presidência, transformou a antiga usina através da modernização e incorporação de outras usinas, como a <i>Tinoco</i> , <i>Aipibú</i> e <i>Laranjeiras</i> .
Estreliana	1891	Ribeirão	Em 2009, sua capacidade é de 6.000 toneladas de cana moída em 24 horas e produz mais de um milhão de sacos de açúcar por safra. Hoje se chama usina central mata sul.	Em 1929, tinha capacidade para processar 400 toneladas de cana e fabricar 1.500 litros de álcool em 22 horas. Possuía um via férrea de 26 quilômetros, 4 locomotivas, 62 vagões e o transporte do açúcar e do álcool era feito pela <i>Great Western</i> .

				Trabalhavam na fábrica cerca de 150 operários.
Ipojuca	1889	Ipojuca	Em atividade	Em 1929, tinha capacidade para processar 350 toneladas de cana e fabricar 2.000 litros de álcool em 22 horas. Possuía 14 propriedades agrícolas, 30 quilômetros de ferrovia, 3 locomotivas, 58 carros e vagões, uma vila operária com cem casas e mantinha uma escola com 25 alunos matriculadas. Trabalhavam na cerca de 50 operários. O transporte da cana e da lenha era feito pela via férrea própria e o açúcar e o álcool por via marítima.
Laranjeiras	1959	Vicência	Integra junto com a usina Cucaú, a Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco. A usina tem uma área total de 9.400 hectares, distribuídos por 28 engenhos próprios e 20 arrendados. Emprega uma mão-de-obra de 2.330 pessoas. possui uma capacidade diária de moagem de 8.000 toneladas de cana. Sua produção média por safra é de 2.000.000 de sacos de açúcar e sua área industrial, com 2.500 metros quadrados, possui 725 funcionários.	-

Pedroza	1891	Cortez	Em atividade denominada de copersul	Em 1929, a usina possuía um grande número de propriedades agrícolas, com capacidade de produção de 70.000 toneladas de cana. Tinha uma via férrea de 34 quilômetros, cinco locomotivas e 110 carros e vagões. Possuía capacidade para processar 500 toneladas de cana e fabricar 4.000 litros de álcool em 22 horas. Trabalhavam na fábrica cerca de 200 operários. Nos anos de 1945 a 1955, havia na usina o Cine Pedroza, composto por 230 cadeiras exibindo filmes às quartas-feiras e domingos. De 1965 a 1982 a Usina Pedroza dobrou sua capacidade produção de cana e passou de 200.000 sacos de açúcar para 500.000.
Petribú	1910	Lagoa de Itaenga	Atualmente, a usina tem 10.000 hectares espalhados por quase dez municípios e capacidade para produzir anualmente mais de 2.000.000 de sacos de açúcar e mais de 25.000.000 de litros de álcool. Mantém uma igreja católica, refeitório industrial, ambulatório médico, ônibus escolar, centro social, um clube social, o Grêmio Esportivo Petribú, a Escola Josefa Petribú e moradias.	Em 1929, a usina possuía cinco propriedades agrícolas e capacidade para esmagar 420 toneladas de cana em 22 horas. Sua via férrea tinha 32 quilômetros, possuía três locomotivas e 92 vagões. Trabalhavam na fábrica cerca de 60 operários, inclusive menores, não sendo aceitos estrangeiros e mulheres. O transporte da cana-de-açúcar e do combustível era feito por tração animal (carros-de-boi), caminhões e via férrea própria e o açúcar e o álcool eram transportados para o Recife pela <i>Great Western</i> . Mantinha uma escola com frequência anual de 30 alunos.

Pumaty	1888	Joaquim Nabuco	Em atividade	Em 1929, possuía quatro propriedades agrícolas (Pumaty, Bom Gosto, Solidão e Colombo), quatro quilômetros de via férrea, uma locomotiva e 30 vagões. Tinha capacidade para trabalhar 300 toneladas de cana e fabricar 2.000 litros de álcool em 22 horas. Trabalhavam na fábrica cerca de 150 operários. Na safra de 1994-1995 produziu 1.500.000 sacos de açúcar e 30.000 litros de álcool.
Santa Teresa	1910	Goiana	Em 1937, foi criada a <i>Companhia Agroindustrial de Goiana</i> . A Santa Teresa é uma das usinas mais importantes de Pernambuco, com uma produção anual de 1.800.000 sacos de açúcar refinado granulado.	Em 1929, possuía 12 propriedades agrícolas, capacidade para processar 600 toneladas de cana e fabricar 5.000 litros de álcool em 22 horas. Trabalhavam na fábrica cerca de 150 operários. Tinha uma ferrovia de 60 quilômetros, cinco locomotivas e 200 carros. O transporte da cana e do combustível era feito pela via férrea própria e o do açúcar e do álcool por via marítima. Possuía uma grande vila operária, e duas escolas com frequência média anual de 30 alunos.
São José	1891	Igarassu	Atualmente, pertence ao grupo de Paulo Petribú.	Em 1929, possuía 14 propriedades agrícolas, uma ferrovia com 51 quilômetros, três locomotivas e 93 vagões. Tinha capacidade para trabalhar 600 toneladas de cana e fabricar 2.500 litros de álcool em 22 horas. Trabalhavam na fábrica cerca de 200 operários. Possuía uma grande vila operária, escolas, cinema e serviços de saúde.



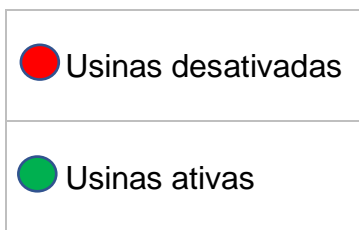
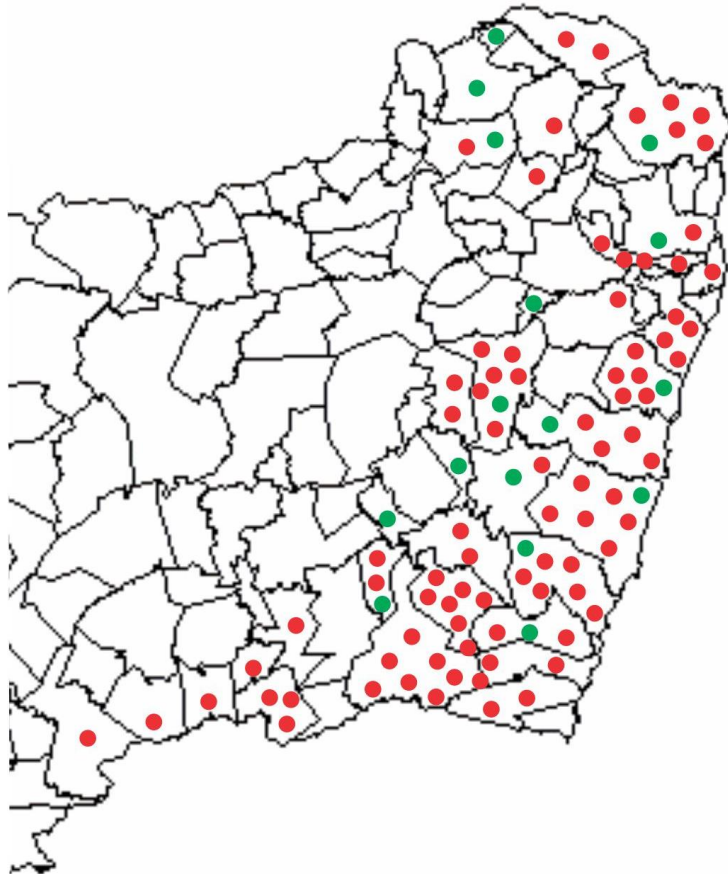
Trapiche	1887	Sirinhaém	Comprada pelo Grupo Brennand, foi instalando uma moderna refinaria, com capacidade de produção de 1.900.00 sacos de açúcar refinado.com geração de energia elétrica auxiliar própria (2.500kw), a Trapiche montou também uma destilaria com capacidade de produção de 200 a 300.000 litros/dia de álcool anidro, hidratado e neutro.	Em 1929, possuía 15 propriedades agrícolas, 43 quilômetros de ferrovia, cinco locomotivas e 65 carros. Tinha capacidade para esmagar 300 toneladas de cana e fabricar 3.000 litros de álcool em 22 horas. O transporte da cana, do açúcar e do álcool era feito pela ferrovia própria e por barcaças. Por volta de 1934, fundiu-se com a Usina Ubaquinha. Na safra de 1935/1936, a usina produziu cerca de 34.000 sacos de açúcar e na de 1955/1956 sua produção atingiu a marca dos 400.000 sacos.
União	1895	Primavera	Em atividade	Em 1929, tendo como proprietária a Companhia Agrícola União Industrial de Pernambuco, possuía capacidade para processar 500 toneladas de cana e fabricar 8.000 litros de álcool em 22 horas. Tinha 112 quilômetros de ferrovia, sete locomotivas e 118 vagões que se comunicavam com a <i>Great Western</i> . Trabalhavam na fábrica cerca de 213 operários somente na fabricação do açúcar. Mantinha para o operariado uma farmácia e duas escolas com frequência média anual de 90 alunos.

**Fonte:** Elaborada pela autora sob pesquisa em (GASPAR, Lúcia. Usinas de Açúcar de Pernambuco. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, s/d. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 13 mar. 2021).

Na figura 1 é possível ver ilustrado no mapa da zona da mata de Pernambuco o resultado da pesquisa sobre as usinas ativas e inativas desde o século XIX até ao ano de 2021. Onde percebemos a decadência das usinas com um grande número de indústrias que se concentravam na zona da mata do estado desativadas.

Observação: a distribuição das usinas na figura 1 foram colocadas de forma aleatória dentro dos espaços dos respectivos municípios onde cada usina se localiza.

**FIGURA 1- ILUSTRAÇÃO DE MAPA COM AS USINAS ATIVAS E INATIVAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.**



**Fonte:** elaborada pela autora sob pesquisa em (GASPAR, Lúcia. Usinas de Açúcar de Pernambuco. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, s/d. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 13 mar. 2021).

Das usinas desativadas e de massa falida, várias sofreram ação trabalhista ou de usucapião ou ainda estão em processo judicial. As marcas do monopólio das terras

nas mãos de poucos latifundiários advinda da repartição da terra na construção da civilização do açúcar gerou centenas de trabalhadores rurais nas pontas das ruas ou os que resistiram em permanecer nas terras de massa falida por ter direitos trabalhistas rescisórias não pagas pela empresa vivem sob a mira do medo pela violência rural.

Em oportunidade de visitar o Engenho Barro Branco no Município de Jaqueira, na Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco, junto à Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), pude agregar relato de trabalhadores que passam exatamente por essa questão. O Engenho Barro Branco, assim como o Engenho Fervedouro, Caixa D'Água, Guerra, Laranjeiras, Rampa e Várzea Velha ficam localizados nas terras de massa falida da antiga Usina Frei Caneca que “abriu falência há cerca de 20 anos, deixando centenas de processos em aberto na justiça do trabalho. Não houve o pagamento de indenização aos funcionários que trabalhavam e moravam no local, incluindo famílias que vivem lá há mais de 60 anos”. A terra de massa falida foi arrendada pela empresa Agropecuária Mata Sul S/A, em 2015, e a partir daí iniciou-se o conflito agrário. É importante lembrar que a empresa não é dona das terras, apenas arrendou. Em 2018, foi aberto processo de despejo das 1.200 famílias que vivem nos engenhos citados. Durante todo esse período, os trabalhadores vêm sofrendo criminalização do direito de lutar, ataques e ameaças, que com o passar dos anos se intensificaram.” A AGROPECUÁRIA MATA SUL S/A, busca, em processo, a reintegração de posse de área de aproximadamente 5 mil hectares. Os trabalhadores que não receberam nenhuma verba indenizatória trabalhista reivindicam permanecer em suas casas e adquirindo um pequeno lote de terra para plantio de cultura de subsistência como pagamento da dívida rescisória (SILVA, 2021).

Além da não posse da terra, o desemprego para os trabalhadores das usinas é recorrente. A patronal recorre ao recurso de contratar para o corte apenas no período de safra, ou seja, sendo um trabalho sazonal. Nas entre safras sem terra para plantar e sem perspectiva de trabalho em outro ramo, as famílias rurais ficam em total vulnerabilidade como podemos observar a pontuação de Bezerra (Dia do cortador de cana ou o trabalho avesso à vida nos canaviais brasileiros: A história do corte de cana confunde-se com a história do Brasil. Brasil de Fato, Recife, 16 de janeiro de 2020)

Via de regra, os canavieiros são subcontratados sazonalmente, pois apenas uma quantidade pequena de trabalhadores permanece empregada no período de entressafra. Costumam encarar a atividade

que desempenham – cortar cana – como sendo a única possível e isto se deve ao fato de que as exigências relacionadas ao nível de escolaridade têm sido cada vez mais recorrentes no mercado de trabalho.

A realidade mostra que “Senhores esmagaram escravos e, ainda hoje, usineiros esmagam camponeses” (FERLINE, 1998, p. 8).

Por outro lado, quando o empresariado abre exceção e cede terra para o trabalhador, parecendo ser uma ação nobre, Silva Júnior e Maria Rita Machado (2008, p. 9) enfatiza qual a possível verdadeira intenção do usineiro.

O aumento do número de ocupações veio atrelado ao desejo de mudanças no e do perfil socioeconômico da Região, pois, acreditou-se que este seria um meio de uma diminuição do poder de exploração dos usineiros pelos trabalhadores rurais. No entanto, hoje é possível percebermos que esse novo perfil foi e é funcional a lógica do capital do campo. Uma vez esses trabalhadores assentados deixam de ser um encargo aos seus antigos empregadores, mas continuam submetendo a sua força de trabalho aos usineiros a partir da produção da cana dentro da sua própria parcela. No “novo” cenário da produção de cana temos a volta do apoio do Governo Federal aos usineiros como menciona o MST a respeito do caso da Empresa Pernambucana Camaçari Agroindustrial que obteve isenção de 100% do ICMS e sua previsão é produzir 3 milhões de toneladas de cana até 2009

#### **4.4 A falsa abolição**

“Era preso. Era que nem uma escravidão” (Cassiano José de Sena em entrevista a Dabat, 2003, p. 592)

Uma profunda marca da civilização do açúcar na nossa sociedade foi deixada pela escravidão. Foram mais de 300 anos desse cruel sistema e, colocando em contraponto, são oficialmente apenas 133 de abolição e sem reparações. Falo oficialmente pois na realidade a escravidão no Brasil ainda não acabou.

O escravismo colonial como modelo de sociedade foi muito bem estruturado e impregnado na mentalidade popular.

O escravismo não foi simplesmente um conjunto de relações de trabalho, ou mera instância jurídica. Implicou a constituição de personalidade social própria, onde o escravo negro era a medida de todas as coisas. Todos os momentos do cotidiano do açúcar marcavam-se pela presença do escravismo. A liberdade, aspiração suprema do cativo, confundia-se com o ócio. Ser livre era não ser obrigado a trabalhar. E ao lado da função disciplinadora do trabalho, a

que nos referimos anteriormente, estava a visão preguiçosa da liberdade (FERLINI, 1998, p. 79)

Também é importante salientar que:

O escravo, como se sabe, não é apenas o trabalhador acorrentado e enclausurado, mas também aquele que dorme com animais e com eles compartilha sua comida e bebida, tendo violada sua dignidade. Nesse sentido, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao condenar o Estado brasileiro (caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde), deixou claro que a ocorrência da escravidão nos dias atuais prescinde da limitação da liberdade de locomoção. A Corte afirmou que o trabalho escravo contemporâneo ocorre quando um homem exerce sobre o seu Confitos no Campo Brasil 2020 semelhante, direta ou indiretamente, um dos “atributos do direito de propriedade”, o que inclui a “posição de vulnerabilidade da vítima” e a “exploração” (CPT, 2020, p. 179-180).

Neste capítulo volto na história de Pernambuco ainda enquanto colônia para pontuar como se deu esse processo de troca de sistema, do trabalho escravizado para o assalariado e refletirmos sobre como o que pontuo como falsa abolição contribui com a precariedade do trabalho rural ainda atualmente como marca deixada desse sistema e da cultura do açúcar.

Em Pernambuco, a troca do sistema do trabalho escravo para o livre, ocorreu ainda em 1880, quando houve queda nos lucros da indústria açucareira. Com a redução do lucro, os senhores de engenhos passaram a comprar menos escravizados, havendo o declínio do comércio. Outro fator que levou Pernambuco para a troca de forma antecipada da mão de obra nos engenhos foi a crise política que a escravidão estava ocasionando. Em 1850, até o fim de 1880, na zona da mata de Pernambuco, o número de engenhos cresceu de 1.300 para 1.650 e nesse período os engenhos tiveram a produção dobrada graças as melhorias tecnológicas. Porém no ano de 1880, com a crise na indústria, tiveram 718 cativos alforriados, sendo o maior número da história de Pernambuco antes da lei da abolição (BRUSANTIN, 2011, p. 83 e 86). Andrade (1974, p. 26) reafirma essa máxima citando que a elevação do preço do escravo ia tornar a sua utilização antieconômica.

Diferente do que ocorria nos anos de alta produtividade dos engenhos, sendo mais vantajoso a mão de obra escravizada em detrimento da assalariada, como vamos ver abaixo:

Do ponto de vista puramente monetário, a substituição do assalariado por escravos era vantajosa. Considerando-se que um plantel de 110 escravos processava uma tarefa diária de cana, gerando cerca de 30 formas de açúcar, ao final da safra o engenho retinha, para si, 4500 arrobas de açúcar. Ao preço médio de 1000 reis a arroba, cada escravo produzia, com seu trabalho, um valor anual de 40.000 reis. Estimando-se o custo da manutenção de cada negro em 4.500 reis anuais, ao final de oito anos de vida útil (vida média dos escravos na produção do açúcar), cada negro representava um desembolso de 80.000 reis (44.000 pela compra e 36.000 pela manutenção). Nesse mesmo período, teria gerado por seu trabalho um valor de cerca de 320.000 reis. Um assalariado de 40.000 reis representaria, em igual período, um desembolso de 320.000 reis. E, em termos absolutos, cada escravo engajado na produção de açúcar repunha o investimento inicial (de 44.000 reis), após 14 meses de trabalho (FERLINI, 1998, p. 60-61)

As alforrias não foram por bondade e nem só por pura pressão política. No caso da comarca de Nazareth, por exemplo, tinha sim uma ala abolicionista que estavam ligados ao jornal “o termômetro”, porém acredita-se que as condições para o fim da escravidão estavam ligadas ao fundo de emancipação e a indenização (BRUSANTIN, 2011, p. 133). Já que de toda forma o sistema de trabalho forçado estava em crise e beirando ao fim, os donos de terras, escravocratas, viam uma boa oportunidade de faturar.

Ainda segundo Beatriz Brusantin (2011, p. 128 e 204), liberais, pequenos donos de terras, caminharam para um processo de libertação às vésperas da abolição lenta, com indenização e sem garantia de moradia para os libertos, se igualando aos conservadores. Os municípios que tinham mais escravizados eram: Nazareth com 5.374 cativos, entre homens e mulheres. Para se ter uma ideia do número alto que isso representava, na comarca de Itambé tinha, de acordo com o presidente da câmara, 710 escravizados. Escada era o outro município com mais trabalhadores forçados nas vésperas da abolição. Contudo, Escada estava mais avançada tecnologicamente e produzindo em engenhos centrais, enquanto Nazareth ainda tinha em maior quantidade os engenhos banguês. Ou seja, essa informação reforça o fato que vimos no subcapítulo anterior “as usinas” que o maior número de trabalhadores braçais escravizados não significava maior possibilidade de modernização e sim atraso.

Com o cenário se encaminhando para a abolição, os escravocratas que dominavam a política nas suas regiões, Brasil a fora, “tomaram a iniciativa de construir um Estado para controlar os pobres e os escravos, tornando-se, portanto, os mais

importantes atores políticos nessa sociedade predominantemente agrícola” (GRAHAM, 2001, p. 47).

Em 1888, ano que ocorreu a Lei Áurea, as relações de trabalho marcadas na perspectiva senhor – escravizado, segundo Fraga (2004, p. 36), foram remodeladas, começando a surgir novas formas de relações cotidianas dentro dos engenhos. Christine Dabad (2003, p. 88-89) coloca que com o fim da escravidão, os senhores de engenho tiveram como maior preocupação a elaboração de novas normas para inserir os trabalhadores na condição de moradores<sup>15</sup>, que eram a maioria da população nos engenhos e terras das usinas. Eram trabalhadores em dívidas e os assalariados que iriam substituir a mão de obra escravizada.

A experiência do Recôncavo Baiano no pós-abolição na problemática da mão de obra no centro da discussão, por exemplo, foi diferente de Pernambuco. No Recôncavo utilizou-se de trabalho escravizado até as vésperas da abolição. Eisenberg (1977, p. 201) explica:

Em Pernambuco os fazendeiros não resistiram energicamente à abolição gradual da escravatura porque a mão de obra livre e barata era francamente disponível. Substituíram o trabalho escravizado por mão de obra livre sem fazer qualquer concessão material aos trabalhadores livres que, antes ou depois de 1888, poucos chegaram a viver melhor do que os próprios escravos. Os trabalhadores livres brasileiros satisfaziam a demanda de mão de obra dos fazendeiros. Assim, se em meados do século XIX o número de escravos era superior em comparação aos trabalhadores livres, na década de 70 estes superaram os escravos. Muitos escravos foram substituídos pelos trabalhadores livres do agreste e do sertão.

Como visto, houve a substituição da mão de obra escravizada pela assalariada remodelando as relações de trabalho com novos trabalhadores nesses territórios, porém, esse não foi um processo revolucionário, os senhores de engenhos continuaram seguindo o regime de exploração. Eisenberg (1977, p. 244) afirma que em Pernambuco, os senhores de engenho substituíram os escravizados por trabalhadores livres que eram quase tão subservientes. Andrade (1963, P. 92) coloca que “o escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse”.

---

<sup>15</sup> Morador é o trabalhador rural do corte de cana que residia com a família num lote de terra cedido pelo senhor de engenho

Mas quem eram esses trabalhadores livres e assalariados?

Seu conceito, na produção açucareira do período colonial não pode ser confundido com os trabalhadores livres europeus, artesãos ou jornaleiros, nem com o proletário do capitalismo. Na colônia, a determinação básica das categorias sociais foi a escravidão. Somente no trabalho escravo e dentro de sua dinâmica é possível entender as funções dos trabalhadores livres. Os trabalhadores livres eram, fundamentalmente, um técnico habilitado, conhecedor de procedimentos indispensáveis ao processo do açúcar ou de habilidades artesanais desconhecidas pelos negros. Aos poucos tais técnicas foram sendo dominadas, subdivididas e executadas por trabalhadores menos hábeis, com menor remuneração, ou por escravos (FERLINI, 1998, p. 51-52)

O controle desses trabalhadores livres passou a ser a maior preocupação dos latifundiários. Antônio Coelho Rodrigues em discurso no Congresso Agrícola do Recife, em 1878, teve como ponto principal do seu discurso que era preciso leis para forçar “vadios” e “ociosos” ao trabalho tendo, a lei da vadiagem aprovada e aplicada pelo império como forma de coerção dos trabalhadores livres. Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife (1878) apud (COSTA; DANTAS, 2016, p.47). Para Rodrigues, a não obrigação do trabalho e a preguiça eram características dos trabalhadores livres, dos lavradores e dos proprietários dos engenhos banguês.

A categoria dos ‘moradores’ surgiu com as novas estruturas de trabalho. Esses lavradores que moravam e trabalhavam nas terras do engenho, trabalhavam por uma parcela da cana de açúcar plantada, moravam nas terras do engenho e eventualmente tinham direito a ter um roçado onde cultivavam alimentos de base da agricultura. Beatriz Brusantin (2011, p. 117 e seg) afirma que “existia a construção do vício nos trabalhadores livres em serem moradores, e ainda não assalariados”. Partindo da cultura escravocrata de que “onde se trabalha também se mora”. O lavrador vive de forma precária e à mercê da vontade do latifundiário, e não recebia salário. Beatriz Brusantin continua afirmando que viviam “Sem contrato, sem lei, sem-terra suficiente e sem o melhor da produção da cana”. O senhor de engenho que fabricava o açúcar ficava com todo o mel do açúcar produzido, toda a cachaça dela, todo o bagaço que era usado para combustível e todos os olhos das canas que serviam de alimento para o gado.

Como evidenciado, viver na condição de morador, não tinha nada de privilégio e nem era por bondade do senhor e Christine Dabat (2003, p. 88 e 592) deixa isso ainda mais nítido quando afirma que o trabalhador vivia sob medo, repressão, falta de



liberdade de expressão e reunião e principalmente a completa falta de regras e acordo para o trabalho. A autora citando Manoel de Andrade relembra que os imigrantes Europeus que São Paulo recebeu nesse período, não passaram pelo Nordeste, afirmando que esses não se adaptariam as condições sub-humanas de trabalho do setor açucareiro. E não fez falta, pois na região existia um grande número de trabalhadores nas condições de moradores que como relata o autor “devido às condições de vida, à sua ignorância e às condições de trabalho então existentes, facilmente seria absorvida, como foi pela agroindústria do açúcar”. Facilitada pelo monopólio sobre a terra dos senhores de engenho e total falta de outras oportunidades de trabalho fora desse ciclo exploratório.

Em entrevista a Beatriz Brusantin (2011, p. 19), o senhor Sebastião, conhecido como Martelo (que eu também pude conhecer na brincadeira do cavalo marinho, na Zona da Mata Norte), aposentado da cana, com 70 anos de idade e antigo brincante como nego Mateus no Cavalo Marinho e Maracatu nos engenhos, relatou que não alcançou muitos senhores de engenho bravos, mas seu pai alcançou. “O pai tomava muita pisa”.

Christine Dabat (2003, p. 373-374) aponta que os moradores viviam à mercê do trabalho que lhes eram ofertados nos engenhos por outrora serem trabalhadores escravizados e após abolição não tiveram chance de trabalhar no perímetro urbano por falta de qualificação. Outros ficaram na mesma propriedade onde trabalhavam como cativos. Até quando essa nova classe de recém libertos-assalariados era expulsa e obrigada a se deslocarem para a cidade, muitas vezes continuavam trabalhando no mesmo engenho por não ter nenhuma outra opção. Assim os empresários garantiram que após a abolição teria um número suficiente de trabalhadores para manter a indústria funcionando plenamente. A autora continua afirmando que “o poder dos proprietários sobre os moradores pelo fato deles morarem na plantação, as múltiplas proibições, intimidações, violências impunes, a ausência do Estado, traços atribuídos a um caráter ora ‘feudal’, ora simplesmente ‘atrasado’ das plantações, herança vergonhosa do passado escravista”.

Como herança escravista, observamos que a abolição definitivamente não alterou as relações de trabalho entre os negros escravizados trabalhadores na monocultura e beneficiamento da cana, pelo contrário, esses foram lançados a própria sorte, tendo que se sustentarem e sustentar suas famílias, trabalhando na maioria das vezes nas mesmas terras com seus mesmos algozes. Abaixo segue relatos de

canavieiros que a professora Christine Dabat (2003, p. 518-519) na sua pesquisa para a tese intitulada “moradores de engenho”, entrevistou entre os anos de 1994 e 1997 sobre como era o recebimento do salário.

O salário: “era de graça”. “O ganho era, naquela época, o dinheiro era pequeno”, afirma Amaro Carneiro da Silva; “pouquíssimo. O ganho era uma besteira de dinheiro”, segundo Antônio Ambrósio dos Santos. “Era pequeno! O ganho era nada. Era nada. Trabalhar, trabalhava muito, mas o ganho, olhe: tanto assim”, ilustra Severino Sebastião Santana. “Agora o dinheiro era um dinheiro desse tamanho”, reforça Antônio Virgínio da Silva. Num período que vai dos anos 1930 aos 1950, os trabalhadores que se lembram ainda dos valores exatos mencionam salários para adultos de dois a três mil-réis como sendo comuns para a diária. “Muitos voltava com o chapéu com um litro de farinha, o valor da diária trazia naquele tempo. Comia. No outro dia ia trabalhar bem cedo, era a merma continuação, era todo dia assim. Quando findava o fim da semana, domingo era o dia de pagamento, muitos não tinha mais nada a receber. Novo empréstimo pra entrar na segunda-feira por diante, pra continuar no trabalho. E, assim, levou essa vida pra diante até... quando entrou o salário.” “Era 2 mil réis mesmo. Era um quilo de charque.” José Barbosa do Nascimento.

Além do salário que não bastava para o sustento do trabalhador e do seu núcleo familiar, o mesmo não tinha liberdade para usá-lo onde fosse mais vantajoso para a compra de alimento. O pagador era o mesmo dono da barraca<sup>16</sup> deixando ainda mais o trabalhador no papel de subserviência como narra Abílio Luís Ferreira e José Honório da Silva:

O dono do barracão era quem pagava. Ele mesmo ia buscar o dinheiro e ele mesmo pagava. Recebia o quanto ele quisesse pagar. Ia pro barracão. Agora mesmo o barraqueiro, se a gente comprasse no barracão, o barraqueiro descontava o que era dele. O que ele quisesse pagar ele pagava. A hora que quisesse. E não querendo, fazia que nem... que ia dizendo ... o vigia... ia buscar.” (DABAT, 2003, p. 520)

Ainda sobre a questão salarial, Gregório Bezerra, escritor, trabalhador rural e líder de resistência à ditadura militar, deu importante contribuição no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar, de 1964, no Nordeste “acerca do abuso que o trabalhador sofria na hora de receber seu salário” relatando:

Era um roubo escandaloso, porque o trabalhador nunca pegava em dinheiro, não podia comprar uma calça, não podia comprar uma

---

<sup>16</sup> comércio onde se vendia gêneros alimentícios dentro do complexo do engenho

camisa, não podia comprar uma aspirina, não podia comprar coisa nenhuma porque não tinha dinheiro, porque recebia em espécies no barracão. (FERNANDEZ, 2012, p. 103)

No seu livro, memórias, Bezerra (2011, p.176) cita que:

De todas essas burlas, a mais cínica, descarada e imoral, era o pagamento em vale para o barracão, que obrigava o trabalhador a comprar gêneros alimentícios de terceira qualidade e pagar como se fossem de primeira na casa de comércio do patrão (além de ser roubado no peso e no “pulo do lápis”). O trabalhador pagava 900 g. por 1 kg; e isso nos barracões mais “honestos”, porque na maioria deles o quilograma não chegava a pesar 800 g. Além disso, o dono do barracão, quando somava as compras, sempre se “enganava” em 10, 15 e até 20% a mais contra o pobre trabalhador, que, em geral, não sabia fazer contas. Muitos passavam anos sem ir ao comércio, porque não pegavam sequer num tostão em dinheiro.

Francisco Julião (2009, p. 178) fala da precariedade dos produtos alimentícios disponibilizados para a venda para os canavieiros. Narra que não havia fiscalização do estado sobre aspectos de qualidade e valores, como era na cidade. Eram ofertados o que o barraqueiro desejava, mudando até mesmo o hábito de se alimentar das famílias, com produtos desconhecidos ou indesejados por eles. Não tinha fiscalização sanitária e o estado só chegava para servir os empresários e para reprimir os trabalhadores.

O trabalho manual na sociedade que se firmava a partir da civilização do açúcar foi analisado por Fátima Quintas (2007, p. 65) como desprezado e considerado indignante. Christiane Dabat (2003, p. 387-388) coloca que aprender a trabalhar era como etapa indispensável para a formação moral da pessoa. Ou seja, foi plantado num imaginário popular que trabalhar é dignificante, porém nenhum valor é dado ao trabalhador que está exercendo tal função. O trabalho agrícola era ensinado e praticado na infância, que reforça as raízes escravistas do sistema. A autora descreve o relato do canavieiro Rosendo Vicente de Sales: “Naquele tempo, trabalhava todo mundo; trabalhava mulher, trabalhava menino.” Principalmente no tempo de safra, onde eram recrutados praticamente todos os membros das famílias que moravam nas terras dos engenhos. A autora coloca que os entrevistados enfatizam que todo o núcleo familiar trabalhava nos engenhos.

Eram empresas, não espaços plurais ou áreas de residência. A vida era regida de forma extremamente dura, abrangente e até desumana pelas exigências da produção de cana. A lógica da organização

capitalista, ou seja, a vontade de lucro dos empregadores e a rude herança escravista nas relações de trabalho produziam um quadro de exigências e normas inflexíveis no exercício da profissão de canavieiro. Eram aplicáveis a todos os envolvidos no trabalho braçal, independentemente de idade ou sexo.

O acerto era feito com o adulto (homem) da moradia. A localização, qual trabalho e a quantidade a ser realizado. Posteriormente era dividido entre o núcleo familiar. O senhor Severino Ramos em entrevista relata que começou a trabalhar no eito aos 8 anos e afirma que trabalhava com o facão porque não podia trabalhar com a enxada ainda. A safra durava de seis a oito meses e a função das crianças era a mais comum a de amarrar os feixes de cana. A quantidade do número de feixes mostrará o resultado do dia trabalhado, portanto era essencial a desenvoltura na função. O mesmo narra que “ajudando o pai, os filhos permitiam-lhe eventualmente cortar mais cana, poupando-lhe a amarração que consumia tempo e melhorando sensivelmente a renda familiar”.

Sobre o trabalho das mulheres, Christiane Dabad (2003, p. 394-395) introduz em entrevista acerca das condições e como funcionava o trabalho:

Nesse tempo as mulheres não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado que plantavam uma lavoura branca, afirma Alfredo Cosme dos Santos. Isto não quer dizer que as mulheres fossem absolutamente excluídas dos canaviais. Trabalhavam, as mulheres tudo trabalhavam; tinha mulher que trabalhava. Agora, tinha pai de família que possuía as coisas dele, aí não trabalhavam não; só trabalhavam somente no roçado. Mas tinha muitos que as mulheres deles trabalhavam 6 dias também no serviço para acompanhar ele, especifica José Francisco da Silva.

Se observa que para os trabalhadores rurais, só é considerado trabalho, o trabalho remunerado do eito da cana. O trabalho na roça da família e o cuidado com os filhos e afazeres domésticos é trabalho secundário e sem valor. Para as meninas, o trabalho na roça era o preferível por ser considerado mais seguro e visto como decente. A autora expõe que “os cuidados com a produção alimentícia doméstica, de responsabilidade compartilhada pelas mulheres, não era uma tarefa fisicamente mais leve, ou de menor valor para o objetivo de sustento da família”. A participação feminina no esforço produtivo, e, portanto, na renda familiar, era exigida pela situação de extrema precariedade salarial. A Preocupação com as meninas vem da violência sexual que ainda eram raros como relatado no caso abaixo:

Violentada no Engenho Caricé sob ameaça de um revólver, o culpado era o administrador. “O crime foi cometido no momento em que a menor trabalhava num lugar ermo. Somente depois de 4 meses foi que teve coragem de denunciar o crime à polícia. O revide não se fez esperar. O administrador José Guedes da Silva e o patrão Luís Cisneiro de Almeida arrombaram a porta da residência da vítima e desalojaram-na da propriedade, sem ao menos dar-lhes permissão para colher o produto de uma lavoura que tinham no engenho.” As meninas eram mais ameaçadas do que os meninos, não pela própria violência do esforço no eito, mas sobretudo pelos potenciais ocorrências de tratamento indecoroso, senão assédio sexual mesmo, ao qual membros femininos novos da família seriam eventualmente expostos e aos quais os adultos deveriam responder, colocando-se também em perigo frente a um agressor que podia ser cabo ou administrador. Uma dupla ameaça, em suma, à qual as famílias preferiam não se sujeitar.

Christine Dabat (2003, p. 395) anexa relato importante de Gregório Bezerra que narra a atitude de sua mãe, na época que era menino no engenho.

Mãe “mandou minhas irmãs para a roça no interior, para a casa da vovó. Esse rapaz [filho do senhor de engenho] entrou lá da porta a dentro e falou com minha mãe: «Cadê as meninas?» Minha mãe disse: «Ah! Seu capitão (...) minhas meninas foram prá casa da vovó delas, de minha mãe, que está muito doente.» Ele saiu enraivecido. Compreendeu o gesto de minha mãe e depois ultimou que minha mãe tirasse o cultivo do roçado, tirasse a lavoura.

A situação do trabalhador liberto, mas que continuou em estado de miserabilidade e subserviência é analisado por Mintz (2003, p. 44 e 126) que narra que os moradores de engenho mesmo não sofrendo com a nova lei, a da vagabundagem, usada para controlar homens e mulheres alforriados, esses sofrem restrições econômicas, civis e sociais tão difíceis quanto na condição de escravizados. Mintz segue afirmando que:

Haja visto que a importância da coerção na exploração da mão-de-obra da plantação, decorre de que as plantações, e talvez em particular as plantações de cana-de-açúcar, operariam com o uso da coação e ameaça constante de violência. A história da plantação é uma história de repetidas rebeliões, levantes e conspirações. Embora a vida cotidiana de seus habitantes continuasse, como devia, a ameaça de violência súbita nunca estava completamente ausente.

Na hora da remuneração existia uma pirâmide social que muito ainda se assemelha com nossa pirâmide social atual. “Os índios recebiam remuneração menor que os brancos e os negros forros. E os negros, mesmo se profissionais habilitados,

percebiam menos que os aprendizes brancos” (FERLINE, 1998, p. 56-57). Atualmente o homem negro ganha menos que a mulher e o homem branco e a mulher negra ganha menos que o homem negro, a mulher e o homem branco, ficando na base da desigualdade de renda do Brasil (Agência IBGE notícias, 2019).

O dia 13 de maio de 1888 não significou, portanto, o triunfo da compaixão e da misericórdia. Representou, na verdade, uma abolição que não se fez acompanhar pelas reformas necessárias à completa redenção do sistema escravagista. A manutenção da estrutura econômica e social do período pré-abolicionista foi a mola propulsora para a existência da chamada escravidão contemporânea em território nacional. Os ex-escravos tornavam-se, então, escravos contemporâneos, submetidos às mesmas condições ultrajantes que lhes eram impostas enquanto propriedade formal do senhor (CPT, 2020, p. 172)

Como Marx diz, em seu livro ‘O Capital’, a escravidão é uma categoria econômica. Após a abolição, não houve nenhuma mudança radical na estrutura que movia o sistema escravocrata ao redor da indústria do açúcar e da aristocracia rural. A elite latifundiária detentora dos bens de produção continuava exercendo seu poder para explorar a mão de obra antes escravizada. Permaneceu no mesmo modelo com o trabalhador assalariado e alguns ex-escravizados que não tiveram para onde ir e permaneceram nas terras dos engenhos. Ou seja, os negros e negras que foram sequestrados dos seus países de origem e seus descendentes viviam o amargo do mundo do açúcar e sem plena liberdade de direitos depois de “libertos”.

#### 4.5 Capítulo III - TERRA PARA QUEM VIVE E TRABALHA NELA

A terra do dono é só dele  
 Ali ninguém pode mandar  
 Mas se eu não pegar na enxada  
 Não tem ninguém para plantar  
 Eu semeio e trato o milho  
 E a colheita é do senhor  
 Mas o dia da igualdade  
 Tá chegando, seu doutor  
 (César Roldão Vieira, 1965)

A problemática da divisão da terra na construção da civilização do açúcar, no Brasil colônia, apenas para poucos sesmeiros e posteriormente ficando como herança para seus descendentes, fundamentou a elite agrária pernambucana que conhecemos ainda atualmente. Como cita Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 8) “A estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar”. Esse sistema de divisão de terras deixou marcas que aprofundaram as desigualdades e seus desdobramentos são milhares de famílias agricultoras sem-terra. Sob essa perspectiva, Andrade (1982, p. 4) coloca que as consequências na ocupação das terras vinda da estrutura colonial, no período da colonização que gerou a concentração fundiária, praticamente impedindo o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, “adaptada a cada momento histórico mantendo porém as suas características fundamentais, através da qual a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra, tanto nas áreas de povoamento antigo, como até nas áreas em ocupação.”

Logo, a luta pela terra faz parte da história de resistência do trabalhador e da trabalhadora do campo, que levam como um dos lemas sobre a terra pertencer a quem à cultiva e mora nela e, ao longo da formação da nossa sociedade, quem cultiva e mora nesses espaços, são os agricultores que viveram na condição de moradores.

Com as terras essencialmente para uso da monocultura da cana de açúcar e sob domínio dos grandes latifundiários, a cultura de subsistência era e ainda é secundarizada na zona da mata pernambucana. Com esses elementos, abro o próximo subcapítulo para abordar na literatura aspectos relevantes que concretizam a condição de moradia como importante marca da cultura do açúcar que elevam a pobreza, a fome, a exploração do trabalho e do meio ambiente de forma não sustentável até a atualidade.

#### 4.5.1 Agricultura familiar na condição de morada

Beatriz Brusantin (2011, p. 42) em sua pesquisa afirma que a posse e uso de terra eram a marca do setor agro açucareiro na Zona da Mata de Pernambuco. Na década de 1850, a estimativa era que apenas 1/5 das terras dos engenhos eram usadas para a agricultura e cita relatos que em meados do século XIX utilizavam entre 33,4%, e 45, 2%, das terras cultiváveis da Zona da Mata.

A existência de ampla oferta de terra poderia ser um estímulo a fixação de pequenos produtores e a agricultura de subsistência. Porém era intenção da coroa portuguesa era incentivar a produção especializada para o mercado europeu e não o estabelecimento de população. Não se tratava simplesmente de ocupar terras mas de explorá-las da maneira mais rentável possível. Era preciso pois restringir o acesso à terra impedindo o estabelecimento da pequena produção diversificada, que figia ao sentido da colonização mercantilista (FERLINE, 1998, p. 17-18).

Nada era mais lucrativo do que a indústria açucareira e as terras eram destinadas para gerar lucro. Os portugueses, que ocuparam Pernambuco, não tinham responsabilidade social ou tinham preocupação com a mão de obra. Segundo Christine Dabat (2003, p. 65) para instalar os empreendimentos agrícolas açucareiros, na colonização, os portugueses desenharam um mapa e instauram uma dinâmica de ocupação de terras. A grande extensão de terras doadas servia ao latifúndio para o plantio de cana.

Andrade (1988, p, 232) também faz considerações sobre a destinação das terras que na região da Mata Norte, o percentual da área das terras ocupadas pelas plantações de cana de açúcar eram: “Em Goiana (94,08%), Tracunhaém (93,92%) e Aliança (92,80%). Eram 13 municípios onde as propriedades de 100 hectares ou mais ocupam mais de 90% da área rural, e 12 outros municípios com taxas acima de 80%

Além da área destinada para a monocultura da cana, Costa (1945, p. 81) cita que com rendimento médio de 30 toneladas de cana por hectare, as plantações para fornecer pastagem aos animais de tração ocupavam 100.000 ha. Menos de 34% das terras eram cultivadas: “47% da área do Litoral-Mata pertencem aos usineiros, bangueseiros e fornecedores independentes. Os proprietários estão de posse de 47% da área Litoral Mata, o que representa concretamente o latifúndio como coisa gigantesca.



Dentro desse contexto, a condição de morador se constituiu basicamente no pós abolição, onde os cativos que depois de libertos foram largados à própria sorte, tiveram como opção mais viável pela sobrevivência, continuar trabalhando no engenho e morando no pequeno lote de terra cedida. Christine Dabat (2003, p. 89) cita que os moradores de condição compuseram grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e até o XX.

Uma vez que o trabalhador assalariado estava sob a tutela do patrão, para não ter que arcar com a alimentação dos trabalhadores que moravam nos engenhos, a empresa monocultora iniciou o que passou a ser chamado “brecha camponesa”. Dessa maneira o trabalhador rural poderia ter um roçado para cultivar alimento nos tempos livres, “a morada articulava o trabalhador assalariado na monocultura canavieira com a produção de alimento em terra cedida” (MINTZ, 1978, p.120). Sem ter o direito a posse de terra, os moradores não tinham outra opção a não ser se utilizar da terra cedida pelos senhores de engenho para garantir a subsistência da família. Ter um lote de terra para se cultivar era tão importante para o agricultor que esse era ludibriado pelos empresários como cita Christine Dabat (2003, p. 92) que, “no contrato Coletivo de Trabalho na Lavoura Canavieira, o salário base dos trabalhadores diminuiu, sob argumentação dos empregadores de que os trabalhadores perderiam duas horas de trabalho diárias, justificadas pela promessa de um sítio.”

Acerca ainda da brecha camponesa, Mintz (1978, p. 145) narra que esse episódio não competia com as plantações de cana-de-açúcar, mas cumpria mesmo que precariamente na função de sanar as necessidades do complexo da *plantation*.

Andrade (1980, p. 87) traz uma análise acerca do início dos interesses que envolvia a condição de moradia. O mesmo afirma que os senhores de engenho que na crise do setor açucareiro que passou a não poder comprar escravos pelo valor elevado no século XIX, faziam a manobra de ceder moradia para os trabalhadores rurais com obrigação de trabalhar nas fazendas. “Esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor de engenho”.

Além de quê, como coloca Lygia Sigaud (1977, p. 57), o senhor de engenho ainda usufruía do controle do dia a dia da família canavieira que estavam sob os olhos do patrão “no trabalho, nas culturas alimentícias, na moradia e no deslocamento em

geral”. E continua indagando que “todos esses aspectos são tratados como representando um “cativeiro” e, levanta a questão: os trabalhadores eram/se sentiam cativos ou não mais cativos?”.

O sítio cedido geralmente não era em terras de melhor acesso ou de boa qualidade pro plantio, Christine Dabat (2003, p. 538 e 539) cita que isso era uma das queixas dos trabalhadores. Os lotes que não eram destinados ao plantio da cana de açúcar, eram de solo mais rochoso, longe dos rios, de difícil irrigação e inclinados. O senhor José Barbosa do Nascimento conta que “o sítio era ruim. A gente trabalhava, não dava o que a gente queria, não dava fava, não dava lavoura. Era aquilo engasgado; era pedra que nunca vi!”

A distância também era um grande empecilho para poder se trabalhar no roçado. Para chegar até o lote cedido era necessário um esforço extra. O trabalhador que já vinha de uma jornada exaustiva durante a semana no eito, só tinha os domingos para se dedicar a plantar a cultura de base ou a noite. A falta de tempo se tornava em menor extensão de terra plantada (DABAT, 2003, p. 542)

O sistema de divisão de terras favorecendo os grandes latifundiários não abria brechas para o pequeno agricultor. No século XIX, pós independência, os moradores dos engenhos não tiveram direito ao sistema das terras devolutas, “que poderiam ser apropriadas e reconhecidas como de propriedade dos que as ocupassem” não englobava as terras das plantações da cana-de-açúcar. “Só os ricos senhores que antes obtinham as sesmarias tinham condições de legalizar as terras ocupadas, expulsando delas os posseiros pobres e sem condições de enfrentá-los nem de registrar em Cartório o direito que tinham assegurado.” (ANDRADE, 1982, p. 4 ).

Andrade Neto (1990, p. 275) cita que

Visando a diminuição do clima de tensão, na medida em que dispunha sobre a cessão de terras aos trabalhadores rurais da lavoura canavieira que tivesse mais de um ano de serviço contínuo numa propriedade. Essa área, concedida a título gratuito, teria que ser próxima da moradia e com uma dimensão suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de toda a família. A área deveria ter uma dimensão de até dois ha, não podendo estar a uma distância superior a 3 km da moradia do trabalhador.”

Na prática essa concessão não foi aplicada e as plantações de cana aumentaram cada vez mais nos anos de 1960 e 1970. A alternativa que restava para esses trabalhadores era a perpetuação do sistema escravocrata que Mintz (2003, p. 131) esclarece citando que a dinâmica da moradia nada mais era do que já acontecia

no período da escravidão. Os escravizados cultivavam roçados com alimentos de base.

Na tentativa de valorizar a policultura, nas comarcas de Itambé e Nazaré, de acordo com Beatriz Brusantin (2011, p. 52) houve uma movimentação de agricultores que passaram a cobrar por ações governamentais para o desenvolvimento da lavoura. Foi relatado falta de trabalhadores, de suprimentos e de dinheiro aos agricultores. Comarcas essas que abasteciam o mercado de comarcas vizinhas.

No esforço sanar a falta de braços nas lavouras, foi formulado o projeto da colônia agrícola industrial que previa:

Auxílio mútuo, denominada pelo idealizador Joaquim Álvares dos Santos Souza, engenheiro geômetra e membro da Sociedade Auxiliadora da agricultura de Pernambuco. 1º Missão especial de aproveitar e tornar produtores, todos os indivíduos proletários, ociosos e os filhos de mulher escrava, desta província, empregando-os em trabalhos agrícolas, industriais, d'arte e de ofícios. 2º inscrever em seus registros, todos os indivíduos que voluntariamente se apresentarem ou forem remetidos pelo governo. (MILET apud BRUSANTIN, 2011 p. 125)

Outro motivo que impedia o desenvolvimento pleno da lavoura era o fato dos trabalhadores terem jornadas exaustivas no eito e o tempo que sobrava, que muitas vezes era de madrugada, era reservado para o plantio. Os agricultores também tinham infinitas limitações para escoar os produtos excedentes. Um dos casos mais graves ocorreu de acordo com (Posturas Municipais de Nazareth, 1857), neste mesmo ano, a lei 1.614 da Câmara Municipal de Nazaré e o governo provincial que proibia feira livre na comarca aos domingos, com pena de 8 dias de prisão. Isso é um caso grave pois atingia diretamente os camponeses que trabalhavam no eito e tinha apenas o domingo de folga para negociar na feira.

A mesma problemática os escravizados também enfrentavam, como coloca Mintz (2003, p. 131)

É preciso enfatizar que boa parte do sustento dos escravizados era, de fato, produzida pelos próprios escravizados e que, em muitos casos, eles também produziam uma boa parte dos produtos consumidos pelas populações livres das sociedades de plantação. Os escravizados foram capazes de transformar o que havia começado como uma forma coercitiva, numa outra coisa: quando um escravizado vendia parte de sua própria produção, isso significava uma 'brecha radical' no modo de produção escravista. A precondição óbvia para a existência dessa brecha camponesa, era a existência de "terra disponível".

Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 86) também comenta sobre a semelhança entre os moradores e os antigos cativos: “Alguns senhores não forneciam a alimentação a seus escravos, deixando-lhes os domingos para trabalharem suas roças de mandioca”.

Percebe-se que a mesma dificuldade que os trabalhadores do eito, mesmo em níveis diferentes, mas se assemelha ao período escravocrata naquele período. De acordo com Vera Lúcia Ferlini (1998, p. 27), a cana também “já ocupava as melhores terras e assim a colônia sofria frequentemente com a falta de alimentos e os preços altos”. Os cativos tinham como base alimentar a mandioca e “de acordo com a legislação, os plantadores de cana deveriam reservar terras e tempo para que os próprios escravos plantassem mandioca. Todavia nem sempre isso acontecia e a demanda de mandioca que o senhor de engenho reservava para os escravizados, gerava diminuição da quantidade desse alimento para a população urbana.

A atividade de plantio na roça era essencial para a sobrevivência do núcleo familiar, porém com tantas limitações e dificuldades, a prática era prejudicada. O salário era pouco, o trabalhador tinha que suprir a carência alimentar e mesmo assim as condições eram péssimas.

Sobre as condições de vida das famílias no período da morada, Cascudo (1971, p. 85) relata que os trabalhadores não plantavam frutos nem legumes e que existia apenas uma insignificante lavoura de apoio alimentar. “O casebre era mantido em deplorável rusticidade, sujeira e desconforto suficiente. Raramente as casas tinham uma mão de cal nas paredes exteriores”.

Callado (1980, p.108) reforça essa máxima citando que os trabalhadores rurais “sofriam com moradias extremamente precárias, sem conforto, numa situação sanitária deplorável”. Esses trabalhadores da Zona da Mata não tinham nenhum acesso a programas sociais do Estado, nem eram vacinados, por exemplo. Isso permaneceu até depois dos programas de assistência estabelecidos pós Segunda Guerra Mundial.

Andrade (1963, p. 202) fala que os moradores não recebiam nenhum suporte, seja governamental, seja da patronal. Todo foco era dado à grande lavoura. Havia um companheirismo entre os trabalhadores com o sistema de troca de sementes e mudas entre as famílias assim como a troca de experiências sobre técnicas de plantio que eram passados de morador para morador.

Como visto, com nenhuma possibilidade de possuir terras próprias para se cultivar, o trabalhador rural tinha apenas acesso as terras cedidas pelos senhores de engenho, que era incapaz de gerar alimento suficiente para a família que tinha como alternativa só o trabalho nos latifúndios. Josué de Castro (1964, p.51) narra sobre o contraste quando cita as “benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região a respeito da prática agrícola dos quilombos”. Com tantas dificuldades pra se produzir alimentos de cultura de base, houve uma falta de alta relevância. “Uma das asserções melhor divulgadas pelos plantadores, e repetida em todos os setores sociais, era que a região da Zona da Mata teria uma ‘vocaçao natural’ inquestionável para a cultura da cana-de-açúcar; em consequência, isto justificaria a monocultura”.

A lavoura branca servia de complemento para a alimentação básica da família no sentido de, minimamente, garantir segurança alimentar já que o salário era escasso. E muito se pergunta o que era plantado nas roças pelos trabalhadores rurais na condição de morador. Andrade (1963, p. 115) evidencia que nos sítios eram plantados alimentos de cultura de base como mandioca e eventualmente batata doce e frutas. O autor cita que também era permitido a criação de pequenos animais (galinha, porco, cabra) que eram considerados as únicas fontes de lucro da família na comercialização.

Porém há controvérsias sobre o que era permitido nos sítios. Com isso, reservo parte desse subcapítulo para os relatos extraídos da tese da professora Christine Dabat acerca do tema. Em entrevista a (Dabat, 2003, p. 547- 548) o senhor José Pascoal de Figueiredo, narra: “Criava não. Era proibido” Se alguns não conheceram nenhuma restrição, outros relatam que a permissão de plantar só se estendia a poucas culturas: “Plantava lavoura que tirasse logo”. José Amaro dos Santos. Dizia que “Morava, no cercado morava muita gente. Tinha, lá nesse tempo, se botava roçado e se plantava, em todo canto, e plantava quanto quisesse. E plantava o canto que queria. Só era mais roça. Mandioca para fazer farinha.”

Também é citado que se plantavam manga, jaca, fruta-pão e que esses produtos eram vendidos na feira. O senhor Antônio Ambrósio dos Santos e João Oliveira da Silva narra

“Só não plantava cana, viu? A cana era... negócio pro usineiro mesmo. Assim mesmo existia algum que fornecia cana. Tinha algum que às vezes fornecia...” Entre as plantas comestíveis, a bananeira era particularmente visada; o maracujá também; as árvores frutíferas, chamadas de “plantas de raiz”. Essas proibições eram fruto do

exercício da soberania absoluta do proprietário que não achava necessário amparar-se em documentos escritos ou contratos. “Maracujá e banana nunca queriam que plantasse, não; maracujá e banana, nunca queriam aqui dentro da Usina de São José. Mesmo quando eu era jovem!”.

Já, Severina Maria da Silva coloca que a variedade era pouca, mas relembra das frutas que tinha no sítio. “Tem bananeira, cajueiro, laranjeira, tem jaqueira, mangueira, tem muita qualidade de frutas.” Miguel José de Oliveira confirma que o que podia plantar: “Podia plantar, mesmo fruteiras. Bananeiras, plantava.” Eugênio Benvindo M. Freitas narra que quando recebeu o lote herdado de morador anterior na terra já produzia frutas e fala da restrição da banana: “Porque os sítios já tinham, quando chegava no sítio, já tinha aqueles pés de manga, pés de jaca, né. Esses ele deixava. Agora bananeira, eles não deixavam plantar não.” É citado também a escassez de leite e o alto preço, pois a criação de vacas era proibida. Amaro Pedro dos Santos conta como era na sua época: “Burro não queria, porque dizia que burro era de fazenda. Tinha gente que deixava criar cavalo e tinha gente que não deixava criar cavalo. Galinha, pato, porco, só não criava gado, era proibido,”. As regras eram precisas: “Bom, se fosse longe do engenho, podia criar um porco, podia criar uma cabra, podia criar um cavalo.” João Francisco dos Santos (DABAT, 2003, p. 550 e 551)

Também há relatos de que era plantado macaxeira e na casa de farinha podia-se fazer tapioca, beiju e a produção no sítio permitia, “nos melhores casos” proporcionar a compra de roupas e ter um pouco de “dinheiro vivo” para comprar com mais liberdade na feira pois o pagamento do eito era muitas vezes pago em vales e esses vales eram restritos para uso no barracão ao qual o dono era o próprio senhor de engenho. As culturas mais frequentes são a mandioca (chamada, às vezes, de roça, para simplificar), feijão e milho; acrescentam alguns trabalhadores: batata, macaxeira, jerimum e até melancia, cará, inhame. A casa de farinha proporcionava uma certa independência no processamento da macaxeira. Alguns engenhos tinham de quatro a seis casas de farinha. Faziam farinha a semana toda e ninguém comprava farinha ou macaxeira. (DABAT, 2003, p. 550 e 533)

Algo relevante que se deve enfatizar é que na linguagem utilizada na zona canavieira, o trabalho nas lavouras não era considerado “trabalho”. Só era considerado trabalho o que trazia um salário, ou seja, o trabalho no eito da cana. A mesma concepção se dava ao trabalho doméstico. Nesse sentido, por muitas vezes

era dito que as mulheres não trabalhavam pois em algumas famílias, as mulheres ficavam reservadas ao trabalho em casa e na roça. Como narra o senhor Alfredo Cosme Santos: “Nesse tempo as mulheres não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado plantavam uma lavoura branca”. Conhecido por ser uma das atividades profissionais mais penosas da agricultura, o trabalho nos canaviais constituía em si quase uma penalidade que até o trabalho duro nas roças e o doméstico não ser levado em consideração. Nesse relato o senhor Amaro Rosendo Fagundes reafirma a divisão de trabalho por gênero “Na fazenda, não. Só trabalhava os homens. As mulheres cuidavam do roçado, plantavam batata... mulher era difícil trabalhar naquele tempo.” Relato de Rosendo Vicente Sales “Os moradores dos sítios, as mulheres não trabalhavam na cana não. Só trabalhavam mesmo aquelas do arruado. As mulheres dos moradores só trabalhavam nos sítios, mais os maridos, mais os filhos. O marido ia trabalhar no engenho e ela estava trabalhando no roçado, cuidando das galinhas, dos porcos, cuidando de cabra, estas coisas todas.” (DABAT, 2003, p. 396 e 515).

Essa concepção do que é trabalho pode ter sido enraizada para a pressuposta invisibilidade do trabalho doméstico até os dias atuais. Mais uma marca da cultura açucareira.

Sobre a divisão do trabalho no núcleo familiar dos moradores, Christine Dabat (2003, p. 498) também coloca que as mulheres tomavam a frente do roçado, mas a dedicação de todos os membros da família, inclusive as crianças eram importantes para uma boa colheita como cita Eugenio Benvindo Freitas: “Quem cuidava do sítio era a gente mesmo. A gente trabalhava, a gente trabalhava de dia e quando ele botava roçado, de noite. Roçava mato de noite, limpava as capoeiras, roçava. Quando era de noite, aí rebocava maniva... As mulheres no outro dia plantavam. A gente ia pro eito e a mulher em casa plantava.”

Cascudo (1971, p. 63) coloca a questão da divisão de trabalho e sobre a precariedade do pagamento. “a Cana-de-açúcar permitiria a fabricação da rapadura, indústria ocupando a família, isenta da obrigação do salário. sobretudo a destilação da aguardente, que Henry Koster em 1810 viu sendo tarefa de marido e mulher. A pequena taxa para o mel garantia vendagem infalível na vizinhança.

Os trabalhadores não eram moradores nas terras dos engenhos penavam ainda mais com o desemprego nas entressafras. Para o morador, os efeitos da sazonalidade da cana de açúcar eram amenizados pois esse continuava plantando

seu alimento no sítio ou roçado cedido. Porém os trabalhadores tinham plena noção da diferença em ter terra, no sentido de posse e ter terra pra plantar e ao indagar se esses moradores tinham terra, a resposta era que não. Como narra Amaro Rosendo Fagundes: “Pra plantar eu tinha, mas não era minha. Era dos outros, do engenho.” Joaquim Pedro da Silva confirma: “Tinha não. Tinha terra não. Tinha terra só quando o senhor de engenho dava pra plantar.” (DABAT, 2003, p. 500 e 529)

Os moradores sabiam da sua condição de instabilidade nas terras por ver ou mesmo ter tido experiência de ser demitido sumariamente e com isso a expulsão das terras. Esses perdiam o salário, a casa e a plantação. Sobre como funcionava esse processo, o artigo 12 do contrato particular de locação de serviço<sup>17</sup> impunha que:

O não cumprimento da parte do morador, das obrigações assumidas, importa na rescisão automática deste contrato, em decorrência do que responderá por todas as despesas advindas e terá dez dias para a desocupação da casa, sendo as lavouras avaliadas e indenizadas pelo proprietário, por acordo, ou judicialmente, descontados débitos pessoais que porventura tenha para com o proprietário.

Porém os empresários para não pagar a rescisão usavam de alguns artifícios para forçar uma justa causa. Lembrando que a grande maioria dos trabalhadores eram analfabetos, esses contratos eram quase impossíveis de se cumprir e os moradores no final das contas eram expulsos sem nada receber.

A maioria dos trabalhadores do corte de cana eram moradores que segundo Joseph Page (1989, p. 93)

“O tipo mais comum de trabalhador era o morador, ao qual era dado para uso um pequeno casebre na propriedade da usina ou do engenho. Ali ele vivia com sua mulher e numerosos filhos, apinhados em um quarto ou dois, sem luz, sem água e sem instalações sanitárias. Algumas vezes, em redor do casebre, eles tinham direito de usar um pequeno lote de terra, onde podiam plantar culturas de subsistência. O trabalhador não tinha quaisquer direitos legais a essa terra e podia ser expulso a qualquer tempo, virtualmente ao capricho do proprietário rural. Isso desencorajava o camponês a realizar melhoramentos. Do mesmo modo, as longas horas que ele tinha que despender nos canaviais dificultavam-lhe a luta pela sobrevivência ocasionalmente, permitiam-lhe limpar alguma terra não utilizada no topo de uma colina, onde ele podia cultivar algum alimento, mas na maior parte das vezes o proprietário rural, no ano seguinte, reclamava de volta a terra, para o cultivo de cana. Naturalmente, não era feito qualquer pagamento pelo esforço do trabalhador para limpar a terra.

---

<sup>17</sup> Ver o texto integral em anexo. Contrato-tipo impresso que as autoridades encorajavam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343, Doc. 1



“Sem aviso prévio, sem indenização, sem recurso junto a um órgão de classe ou à Justiça do Estado, os trabalhadores eram expulsos em virtude do simples bel prazer do proprietário e da força armada da qual dispunha (e dispõe ainda) com a conivência das autoridades públicas” (DABAT, 2003 p. 565)

A função principal do empréstimo da terra, do ponto de vista do empregador, era a fixação na empresa de uma quantidade conveniente de trabalhadores ao menor custo possível.

Em caso de fuga da violência patronal com urgência por ameaça de morte e etc, o roçado dos moradores eram deixados para trás sem ser colhido. Com esses fatos que não eram tão excepcionais assim, aliás poderiam ser frequentes, as ligas camponesas começaram uma movimentação de reivindicação e até mesmo ocupação destes sítios para aproveitar o trabalho de plantio que havia sido abandonado forçadamente. Solteiros não recebiam terra pra plantar, por exemplo, e isso tirava qualquer perspectiva do jovem trabalhador. (Dabat, 2003, p. 562 e 534)

As terras que eram cedidas aos moradores que já eram poucas foram quase extintas. Mario Melo (1975, p. 115) cita que com isso houve uma diminuição considerável das culturas alimentícias como mandioca, milho, feijão durante os anos de 1949 e 1971

Jacqueline Grandjean-Bitoun (1980, p. 96) fala que “a incorporação de novas terras de cultura permaneceu, até 1960, o único meio para aumentar a produção”. Já antes do Proálcool, de 1975, a cana destinada apenas à produção de açúcar havia provocado um crescimento horizontal da produção. A cana se expandiu, destruindo culturas alimentares e propiciando um alargamento fundiário das usinas.

Sobre a crise agrária gerada pela Proálcool aos trabalhadores, Silva Júnior e Maria Rita Machado (2008, p. 7) coloca que:

Na década de 70, a crise energética mundial, conhecida como “choque do petróleo”, foi um fator internacional fundamental para a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. Ao mesmo tempo que tal programa gerou importantes mudanças na tecnologia e no perfil da industrialização da cana no Brasil, provocou também graves efeitos negativos na questão social e no meio-ambiente. Em Pernambuco, segundo a FETAPE, mais de 40 mil sítios foram destruídos durante os primeiros cinco anos do Proálcool, causando a expulsão dos camponeses para a periferia das cidades, as popularmente chamadas “pontas de ruas”. Foi justamente nesse período, que houve um aumento da destruição da já fortemente

devastada Mata Atlântica, para ceder lugar ao monocultivo extensivo e latifundiário da cana.

O crescimento dos campos de cana de açúcar se deu até atingir o ápice, o fim da morada. Os trabalhadores e moradores (famílias) dos engenhos foram expulsos e largados à própria sorte às "pontas-de-rua" perdendo tudo, casa, colheita, a terra que lhe era cedida causando um ciclo de êxodo rural.

#### 4.5.2 Soberania e segurança alimentar nutricional na perspectiva da morada

O termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), adotado no território brasileiro, é definido pela Lei nº 11.346/2006 como “a garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis e tendo como princípios básicos o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar (TRIVELLATO *et al*, 2019, p. 866).

Um dos problemas mais graves enfrentados pelo trabalhador rural do corte de cana e seu núcleo familiar, por consequência da falta de acesso à terra para plantar é lidar com a insegurança alimentar. Usando a palavra dura e crua, lidar com a fome. Como diz o dito popular: “saco vazio não para em pé”, e como trabalhar numa tarefa tão árdua, embaixo de sol e chuva por horas a fio sem se alimentar de forma e com nutrientes adequados? Como vimos anteriormente, os moradores ainda podiam ter uma cultura de subsistência em lote cedido para ter o que comer, mas a insegurança alimentar e a fome rondavam a região.

Em entrevista a Beatriz Brusantin (2011, p. 20) o senhor Sebastião, conhecido como “Martelo”, aposentado da cana, com 70 anos de idade e antigo brincante como nego Mateus no Cavalo Marinho e Maracatu nos engenhos, relata que começou a trabalhar aos 7 anos de idade, ficava esperando na porteira para os gados não escaparem. Perdeu a mãe aos 10 anos e ficou com as irmãs e o pai. E conta que o pai casou no engenho e teve 8 filhos, mas só viveu 3, o resto morreu de comer barro. Seu Martelo também comia muito barro.

Câmara Cascudo (1971, p. 40 – 41) referência o poder nutritivo da cana e diz que era raro um anêmico na região canavieira

É de salientar a ação da saliva, ativada pela mastigação. a ptialina, convertendo O amido em maltose, com percentagem infinitamente inferior na ingestão do caldo de cana ou Mel, acrescida pela presença, agente e viva, dos carbonatos e fosfatos alcalinos e do sulfociato de potássio, exercerá um impulso de revigoração positivo no feliz mastigador.

Porém há uma divergência sobre o que coloca Câmara Cascudo e diversos outros autores citados por Christine Dabat (2003, p. 83 e 408). O superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>18</sup> Celso Furtado, por exemplo, diz que na época da fundação da SUDENE, em 1959 95% dos moradores da Zona da Mata não têm uma alimentação adequada com nutrientes para uma jornada de trabalho. Sofrem de desnutrição. O então secretário da saúde, Nelson Chaves, expôs: “Na zona Litoral-Mata, corroída pela chistosomose, pela tuberculose, pela malária [a população] é vítima de uma monotonia alimentar impressionante.” Orlando Parahym fala que a população tinha o déficit de mais de 68% em cálcio; 75% em vitamina A; 96% em vitamina B e 36% em vitamina C: “O valor calórico total da ração era insuficiente, considerando-se o trabalho de força desses operários.” Josué de Castro alarmou denunciando que 40% das crianças estavam com anemia declarada. Um levantamento feito por Torres Vasconcelos, em 1942, apontou a gravidade dos déficits alimentares. Em termos calóricos, eles ultrapassam os 50% atingindo até 57,19% em três usinas da Bahia e 59,31% em Sergipe. Fernando Antônio Gonçalves conduziu um minucioso levantamento na zona canavieira, concluindo que “as famílias pesquisadas não ingerem (...) as quantidades necessárias ao fornecimento das calorias indispensáveis à manutenção das condições híginas de saúde”.

A morada teve alguns elementos de benefício para o trabalhador e sua família, porém ainda sim havia muita fome e, para os idosos, era ainda mais cruel a realidade. Segundo Christine Dabat (2003, p. 415) esses não tinham mais condições físicas para trabalhar no eito. Alguns entrevistados contam o que presenciaram.

“Tinha muitos; passava muita fome. Era muita gente... Quando eu ia pra Cucaú, aqui, acolá uma porteira, que antigamente existia porteira nas estrada, não faltava um penitente pedindo. Era o pessoal velho. Não existia aposentadoria pra ninguém, meu amigo, não. Olhe,

---

<sup>18</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mais conhecida pela sigla Sudene, é uma autarquia federal, subordinada ao Ministério do Interior, com sede em Recife, Pernambuco. O objetivo de sua criação foi a promoção e coordenação do desenvolvimento do Nordeste

quando eles ficava era pedindo, com um saco nas costas pedir por todo canto. Os que tinha paixão dava; os que não tinha não dava. Quando não era nisso, era na feira pedindo. Pelos pés das pontes pedindo.”

Cassiano José de Sena. completa que:

A famosa preguiça de que certos patrões acusavam tanto seus trabalhadores, encontrava sua explicação na fome endêmica que reinava na região. Os trabalhadores detectam todos os sintomas da fraqueza física e mental consequente à desnutrição.

Conseqüentemente, a pobreza, desnutrição e a fome estão ligadas a altos índices de mortalidade. Segundo Malaquias Filho, na Zona da Mata existia uma mortalidade de 140 por mil. Enquanto que o Estado de Pernambuco como um todo, não chegava a 70 por mil, no primeiro ano de vida. Havia uma mortalidade duas vezes maior na Zona da Mata. A criança que nasce com baixo peso porque a mãe está desnutrida, tem uma probabilidade de morrer cinco vezes maior do que a criança que nasce com o peso normal. Além da má alimentação, a qualidade da água também era algo preocupante porque afetava diretamente a saúde dos canaviais, por ser um vetor de doenças, como a esquistossomose e a ancilostomoses (DABAT, 2003, p. 410)

O trabalho árduo e as condições ofertadas de trabalho nos canaviais, levava os trabalhadores sistematicamente a degradação e sofrerem ainda mais com as conseqüências da insegurança alimentar.

A atividade do corte manual é pesada, repetitiva, realizada a céu aberto, no calor, entre a poeira e a fuligem da cana em longas jornadas de trabalho. Esses trabalhadores são diariamente afetados por alguns riscos: a exposição a fertilizantes e agrotóxicos e a radiações solares; acidentes de trabalho decorrentes de equipamentos de corte ou de animais peçonhentos como escorpiões e cobras; lesões por esforço repetitivo; precárias condições de alimentação e saneamento etc (BEZERRA, 2020).

O baixo salário obviamente também é um forte causador da Insegurança Alimentar. Mesmo no período da moradia, o trabalhador tendo um sítio pra roçar, 80,2% da renda familiar era gasta com a alimentação; 4,5% com o vestuário; 4,4% com remédios; 4,3% com fumo e bebidas; e 3,2% com artigos de higiene (GONÇALVES, 1966, p. 150). Haja visto que sem a terra pra cultura de base, haveria o agravamento da situação.

Nesse sentido, Dé Carlí (1940 p. 19 e 20) também apresenta pesquisa citando que

A alimentação é função unicamente do salário. Altos salários significam possibilidade de boa nutrição, bem como baixos salários correspondem a subalimentação... As compras semanais feitas pelo operário contramestre atingiram 57\$700 e as de um trabalhador rural, com salário de 2\$500, alcançaram 14\$900. As compras semanais do trabalhador rural, de nome Querino Hermínio, foram: feijão \$900; farinha 4\$800; charque 6\$000; sabão \$500; açúcar 1\$200; café \$500; fumo \$400; aguardente \$600.

Sobre o sítio, o autor continua colocando que:

Se bem o trabalhador rural tenha um salário menor, e, portanto, um trem de vida ínfimo, devemos notar que ele geralmente possui um pequeno sítio, onde trabalha com a mulher e filhos, plantando milho, feijão, abóbora, mandioca e macaxeira. Cria algumas galinhas e engorda um porco. Apesar de tudo, ganhando pouco, prolífero como é, a miséria sempre faz casa, na casa do trabalhador rural.

Além das restrições de plantio e compra, citados anteriormente, os trabalhadores viviam sob o medo dos tabus alimentares contados pelos senhores de engenho. Por exemplo, o consumo de leite com manga que se dizia ser prejudicial à saúde ou melancia quente ou também com leite ou banana. Especialmente eram lançados tabus alimentares referentes ao consumo de fruta com leite que segundo Malaquias Filho “eram estratégias culturais, intencionalmente difundidas pelos proprietários para que a terra não fosse cultivada com outros tipos de coisas que não a cana-de-açúcar.” (DABAT, 2003 p. 421)

#### 4.5.3 Luta pela terra

“Depois” da Liga, “veio” o Sindicato depoimento de entrevistado (Dabat, 2003, p. 606)

Com a ascensão das Ligas Camponesas e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, “As pessoas não estavam mais perguntando se haveria uma revolução, mas sim quando ela aconteceria e qual a direção que tomaria” (PAGE, 1989, p. 134).

Uma vez que o trabalhador, desprovido de capital e de influência, historicamente, não teve acesso à terra, só através de muita luta social e reivindicações legítimas esse direito pode e poderia ser conquistado. Vera Lúcia

Ferlini (1998, p. 19) explica como se estruturou a partilha de terras no Brasil colônia afirmando que: “O sistema legal para a ocupação das terras foi formulado no regimento de Tomé de Souza, 1º Governador-Geral do Brasil em 1548”. Esse regimento de acordo com a autora “determinava que fossem concedidas terras as pessoas que pedissem, devendo ser cultivadas em três anos para que se efetivasse a plena apropriação”. até aí tudo bem, parece democrático, porém “a concessão far-se-ia levando em conta a capacidade de o requerente dedicar-se ao plantio de cana ou ao estabelecimento de engenhos”. O trabalhador livre assalariado não possuía recursos para essa possibilidade e o alforriado bem menos, perpetuando as desigualdades ocasionadas nessa partilha.

Contudo, lutar por terras não era e ainda não é algo simples. Também, historicamente, o trabalhador rural carrega a dificuldade na repressão. Christine Dabat (2003, p. 592) relembra que “o primeiro empecilho para participar de qualquer tipo de atividade em defesa de seus próprios interesses era a proibição de reuniões”. Nenhum direito de se expressar politicamente no sentido de organização da luta era permitido como narra José Honório da Silva:

“Por isso meu pai coloca uma camisa com o nome do sindicato, e por isto foi preso. Lã em Panelas. Ele foi para Caruaru, foi para o sindicato, e chegou là e comprou uma camisa que tinha o nome de sindicato. Aí foi preso por isso. Foi aí a primeira vez que ouvi falar em sindicato, porque ele tava na cadeia. Eu tava com sete anos para oito.”

Em setembro de 1955, houve algumas movimentações importantes, uma delas foi o 1º Congresso Camponês de Pernambuco, que reuniu 3.000 trabalhadores rurais. “Inaugurando uma nova era em que a questão social passava a ser reconhecida e legitimada como um problema regional, que exigia um novo tipo de ação por parte do governo”. Assim, “quebrava-se o tabu que cercava a expressão reforma agrária e rompia-se o círculo de silêncio que envolvia a questão agrária e camponesa.” (AZEVEDO, 1982, p. 67). Em maio de 1958 foi a vez do 1º Congresso de Lavradores e Pescadores de Pernambuco, 3.000 participantes caminharam até a Assembleia Legislativa para acompanhar uma sessão dedicada à Reforma Agrária. Em 1960 o I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Norte e Nordeste. (DABAT, 2003, p. 110)

Em 1955 também, As Ligas Camponesas obtiveram existência na legalidade, quando voltaram às atividades. E até 1961, havia 10 mil trabalhadores associados em 40 sedes espalhadas por Pernambuco. Na véspera do golpe de 1964, eram 30 a 35

mil membros em Pernambuco e 80.000 no Nordeste (ANDRADE, 1963, p.25). “As Ligas organizaram fortes efetivos de canavieiros e pequenos produtores da região, forçando as autoridades e a opinião pública a tomar uma aguda consciência dos problemas sociais dessas populações. Sua miséria apavorante era bem conhecida. Mas a emergência da mobilização coletiva dessas “massas” adotava contornos políticos, embora na sua maioria esmagadora não votassem” (JULIÃO, 2009, p. 36).

O controle era severo, qualquer indício de reunião era reprimido por capangas das fazendas a mando do patrão. Um agrupamento de quatro ou cinco trabalhadores era motivo de desconfiança e intervenção. Apenas em 1962 começou-se a ter ao menos minimamente liberdade para organização (CALLADO, 1980, p. 118)

Foi através de muita persistência que o trabalhador conquistou o direito de ter um sindicato que o representasse, 13º salário, férias, carga horária de 8 horas/dia. Anteriormente trabalhava-se 12 horas. O estado mantinha apoio unicamente aos empresários.

Liberdade de direitos nesse período é algo a ser questionado pois a sindicalização dos trabalhadores rurais já previsto na CLT na constituição de 1946, foram barrados pelos empresários. “Em 1955 existiam cinco sindicatos de trabalhadores rurais dois em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia, e um em Pernambuco” (ANDRADE 1986, p. 26). Em 1960, 22 outros estavam esperando seu registro no Ministério do Trabalho, além de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém e Escada (Relatório do 19.11.61, do SSR -Serviço Social Rural criado em 1955 pela Lei nº 22.631 - DP 21.11.61). Eram 39, em 1964 (COSTA, 1993, p. 10). Em fim de 1963, havia já 43 STR em Pernambuco (CERQUEIRA, 1983, p.)

Algumas categorias obtiveram seus direitos trabalhistas bem antes dos trabalhadores rurais, “apenas com o estatuto do trabalhador rural e da legislação posterior, foram-lhes finalmente reconhecidos direitos outrora denegados, embora já legalmente existentes para todos os assalariados brasileiros”. As mudanças efetivas como direitos, criação de sindicatos e o início do debate sobre a Reforma Agrária, datou-se a partir de 1963 (DABAT, 2003, p. 602-603)

Neste ano, em 1963, os trabalhadores tinham incentivo por meio do Governo e da igreja para se organizarem em sindicatos. Se avalia que o incentivo e liberdade dada era político, pois a “sindicalização em massa poderia contribuir para esvaziar as Ligas” (FERNANDEZ, 2012, p. 14). O interesse do setor político e econômico abrangia também projetos de cunho estabilizador socialmente falando do trabalhador no campo

a fim de evitar um possível êxodo rural, assim como uma revolução. Do ano de 1954 à 1962, que tinha ocorrido apenas uma greve em engenho de Goiana teve em contrapartida no ano de 1963 48 focos de greve (BASTOS, 1984, p. 111)

Ainda sobre as intenções políticas acerca das liberdades sindicais, Skidmore (1996, p. 166) sugere que a “ideia de tais Reformas, que eram muitas vezes desconcertantemente vagas, foi vislumbrada por Jango<sup>19</sup> como mera oportunidade para criar para si mesmo uma reputação histórica num clima internacional favorável”. Por sua vez Nazareth Wanderley (1979, p. 127) coloca:

“A Reforma Agrária formulada, revista, abandonada, surgiu, historicamente, como uma proposta de apaziguamento das tensões sociais, particularmente na zona canavieira do Nordeste. Os programas de modernização que a substituíram não são outra coisa que a definição de mecanismos de oferta de capital aos proprietários de modo que, sem tocar em suas terras, possam tornar-se compradores dos produtos industrializados.”

O acordo do campo que teve como progresso a legalização dos direitos trabalhistas resolve que:

1° Ficam reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais contratantes na base de 80%, com início de pagamento a partir de 1° de dezembro próximo. Parágrafo único: O Governo Federal, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, resolve assegurar, através de adequadas revisão e remuneração do preço do açúcar, as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste Contrato.(...) 5° Fica certo, nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgão de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre Carteira Profissional e registro de empregados. No prazo improrrogável de 60 dias, será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados, sem prejuízo de seu tempo de serviço. 6° Fica certo que a proposta de tabela das tarefas de campo, aprovadas pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores a submetê-la, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembleias. A Comissão instituída na cláusula 2a do presente Contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação,

---

<sup>19</sup> João Goulart



apresentadas pelas partes. 7º Fica, desde já, acertado que, em face das novas condições salariais previstas, o 13º mês será pago no mês de dezembro, na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1964. (Dabat, 2003, p. 107)

A história da classe trabalhadora foi marcada pela opressão e exploração. Como cita Prado Júnior (1966, p. 223)

Sente-se oprimido, no passado, pela situação de escravo, que era sua; mais tarde, de trabalhador legalmente livre, mas explorado e muitas vezes tratado ainda como escravo. Luta por isso pela sua liberdade efetiva, pela melhoria de suas condições de trabalho: melhor remuneração, tratamento adequado”.

Andrade (1981, p. 21) caracterizou a *plantation* a “primeira forma de exploração agrícola com intensa utilização de capital” e a brecha camponesa como fruto dessa exploração. O direito que o trabalhador rural tinha de cultivar uma lavoura de subsistência para prestar serviços gratuitos nas fazendas de cana de açúcar nas altas safras. “Daí a origem do famoso ‘cambão’ cuja extinção foi bandeira de lutas das Ligas Camponesas”.

A exploração também vinha na hora da pesagem dos feixes de cana. Como conta o trabalhador, “A balança viciada só dá aquele peso mesmo. Se ele tá lá na cabeça assim levanta a cabeça e se a cana dê 20 kg, ele diz só deu 16 kg; o cortador, besta, corta cana inteira”. O saldo de muita luta e foi a conquista da carteira de trabalho, que como cita Christine Dabat: “Instrumento legal útil nas relações com o patronato, o único documento que os trabalhadores passaram muito tardiamente a possuir”. Os trabalhadores relatam que “Na época da ‘morada’, não havia “ficha”. “Era tudo clandestino”, forma retrospectiva de descrever seu estatuto em referência à situação atual, na era dos ‘direitos’, mostrando sinteticamente o caminho percorrido no sentido de seu reconhecimento social.” (DABAT, 2003, p. 509 e 588).

De acordo com a geografia de distribuição das modalidades de utilização da força de trabalho a região canavieira de Pernambuco pertence às áreas em que reinam as formas mais duras e perversas de exploração: (WALLERSTEIN, 1979, p. 63)

Com a omissão do estado e abuso de poder por meio do empresariado açucareiro, o trabalhador rural tem como única opção de sair de um ciclo de

exploração, violência e perseguição sendo o próprio ator de transformação para mudança de realidade. A organização é um fator de importância para alcançar o objetivo das lutas. um desses primeiros momentos de organização ocorreu, segundo Fernandez (2012, p. 47) em maio de 1955, no Congresso de Camponeses no Recife, onde os camponeses saíram em marcha pelas ruas da cidade que teve o episódio denominado por alguns historiadores como “despertar das massas” Segundo Julião, o termo passou a ser utilizado como: “despertar dos camponeses”.

A violência patronal, uma das formas de opressão mais cruel e banalizada da civilização do açúcar, tem impunidade garantida pelo estado e os trabalhadores só têm a luta como instrumento de ascensão econômica, social e libertadora. Gregório Bezerra (1980, p.176) cita que “essas vítimas da burguesia rural não tinham para quem apelar. Estavam amordaçadas e atoladas até a garganta nos feudos dos engenhos, das usinas e dos latifúndios” e continua “Tinham medo dos capatazes, dos feitores, dos gerentes e dos patrões, dos soldados da polícia, do delegado, do promotor, do juiz etc.”

Com o passar dos anos, com a redemocratização e mesmo com governos progressistas no poder, não foi suficiente para uma mudança radical dessa estrutura. Dados da CPT (2020, p. 9 e 27) apontam que ainda nos dias atuais “em diversas regiões do país, indígenas, trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais(...) são vítimas de processos de criminalização por conta de lutas, principalmente por terra e água.” Pernambuco se encontra em oitavo lugar no número de ocorrências de conflitos.

#### **4.6 Capítulo IV - MARCAS DA “CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR” NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA DOS CORTADORES DE CANA NA ATUALIDADE**

O sistema de exploração da civilização do açúcar enraizado no nosso modelo de sociedade sob os marcos do capitalismo, reforçou as desigualdades sociais que levam os trabalhadores do corte de cana a se sujeitarem às mais condições precárias de trabalho, inclusive análogas à escravidão. Segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco (2010, p. 99-100), trabalhadores das plantações de cana no Brasil são citados no relatório de 2008 da anistia internacional como “explorado e submetidos a trabalhos forçados”. O Jornal *the guardian*, na mesma época do relatório da anistia internacional denunciou “condições similares a escravidão” nos canaviais brasileiros. em 2007, 288 pessoas foram retratadas de usina do Estado de São Paulo por constatação de trabalho forçado. Dados da Fundação Joaquim Nabuco (2010, p. 107) também mostraram que no Mato Grosso do Sul, 409 trabalhadores, dos quais 150 eram indígenas, foram libertados de usina de etanol, também no ano de 2007.

Essa precariedade da condição de vida e das condições trabalhistas sofridas pelos canavieiros, a exploração, a violência, a opressão e etc, foram construídas pela civilização do açúcar, banalizada e vista como corriqueira há séculos na nossa sociedade. As marcas e desdobramentos dessas relações de trabalho perpassam por diversos setores com nuances mais ou menos agressivos, mas que se perpetuaram e fazem parte do cotidiano dessa categoria ainda nos dias atuais.

As marcas e desdobramentos que estão ligadas diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores rurais que vimos no decorrer desta pesquisa bibliográfica, neste capítulo vou abordar sistematicamente seus pontos.

- Trabalho infantil

Revisitando o período da morada, que deixou sua marca na exploração infantil Pesquisas e levantamentos em diversas épocas, inclusive em depoimentos utilizados na tese da professora (Dabat 2003, p. 386) é observado o quão precoce sempre foi a inserção da mão-de-obra infantil na cultura da cana-de-açúcar.

Surge desse conjunto de narrativas um perfil do trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco segundo os próprios atores sociais,

num período que vai grosso modo dos anos 30 aos anos 50, de acordo com a idade dos entrevistados. Como o confirmam outras pesquisas de universo maior, o início do trabalho no eito se situava em volta dos 7 a 8 anos de idade. Outro levantamento confirma que a estréia na palha da cana se dava geralmente antes dos dez anos (47,58%). Com treze anos, 67,05% entre eles já "pegavam no serviço" como os adultos, e só 20,05% esperaram a idade legalmente autorizada de 14 anos para entrar no mundo do trabalho.

O trabalho infantil era comum após a abolição para os moradores. Com o avanço das leis trabalhistas, e a criminalização do estatuto da criança e do adolescente em 1990, a prática permaneceu. Ainda segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco (2010, p. 101) o trabalho infanto-juvenil é comum nas plantações de cana sendo recorrente em diferentes épocas.

- Êxodo rural

A entressafra da cana "produz" trabalhadores sazonais e sem vínculo empregatício chamados de "bóias-frias" e segundo o jornal Folha de São Paulo (2009) apud (Fundação Joaquim Nabuco, 2010, p 102), no interior daquele estado, trabalhadores chegavam a viajar 40 km para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar.

O problema da migração se deu principalmente com a expansão dos canaviais, os trabalhadores que eram moradores das terras cedidas, no fim da morada os tiveram que partir para morar nas cidades, se distanciando do local de trabalho. A migração é a marca da falta de responsabilidade social no crescimento desenfreado das plantações de cana de açúcar. Abandono esse que o trabalhador rural vive desde o início da civilização do açúcar.

podemos observar de forma mais nítida como o êxodo rural no brasil ocorreu de forma desenfreada.

A evolução do trabalho na agricultura, tal como registrada pelos censos demográficos entre 1940 e 2000, revela que "no espaço de tempo de 60 anos, a ocupação agrícola refluíu no país de 70% para 15%", enquanto nos EUA e no Reino Unido, este processo ocorreu ao longo de 150 e 300 anos, respectivamente. BUAINAIN e DEDECCA (2008) apud (GASQUES; NAVARRO; VIEIRA FILHO, 2010, p. 125)

- Trabalho análogo a escravidão

Atividades braçais e exaustivas da época dos carros de boi não acabaram com a mecanização e a modernidade. um exemplo são denúncias registradas em São Paulo entre 2005 e 2008. nesse período, o Ministério do Trabalho realizou contínuas fiscalizações em Canaviais, após suspeita de morte de trabalhadores por excesso de esforço nas plantações de cana paulistas. Estudiosos estimam que um trabalhador chega a dar 10.000 golpes de facão por dia nessa dura vegetação. Em 2007, 288 pessoas foram retiradas de uma usina do Estado de São Paulo por constatação de trabalho forçado. No Mato Grosso do Sul, 409 trabalhadores, dos quais 150 eram indígenas, foram libertados de usina de etanol, também em 2007 (Fundação Joaquim Nabuco, 2010, p .103 e 107)

Marcas da escravidão no período da aristocracia açucareira na zona da mata pernambucana são refletidas nas relações de trabalho também no capitalismo moderno com a exploração da força de trabalho.

O setor canavieiro é um dos que mais registra a presença de trabalhadores em condições de escravidão, expressas em mecanismos como o trabalho forçado e a servidão por dívida. Segundo dados da ONG Repórter Brasil, no período de 2003 a 2013, por exemplo, quase 11 mil canavieiros foram resgatados de condições de escravidão. Dado igualmente impactante, fruto de pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, é o de que 22% do total de trabalhadores rurais localizados em condições de escravidão no Brasil atua no universo da cana-de-açúcar. Estes dois dados ilustrativos, apenas, permitem-nos concluir quão curta é a distância, no que diz respeito ao trato com os trabalhadores, entre os moderníssimos usineiros do século XXI e os senhores de engenho do século XVI (BEZERRA, 2020).

- Impacto ambiental

O cultivo da cana-de-açúcar está ligado ao desmatamento irregular intenso, como aconteceu em áreas semelhantes a esta, na zona da mata de Pernambuco. Mato Grosso do Sul, a cobertura vegetal desse território é definida por muitos pesquisadores como uma área de transição. Assim, o desmatamento nessa área afeta vegetações como cerrado, floresta amazônica, Campos, Mata Atlântica e mata seca (Fundação Joaquim Nabuco, 2010, p. 127-128).

É difícil mensurar a diversidade de espécies da fauna e da flora "trocadas" pela monocultura Canavieira. em 2010, são quase 600 mil hectares destinados somente ao setor sucroalcooleiro nos estados de Minas Gerais e, Goiás, Espírito Santo, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. sem considerar as perdas históricas do meio ambiente no Nordeste. O final de 2010, dados do Centro de Estudos aplicados em economia (CEPEA /USP) apresentam cotações altas para o açúcar nos mercados nacional e internacional e ainda a produção do etanol disputando o mercado de combustíveis. Futuro? o estudo dos impactos da monocultura Canavieira no meio ambiente, a economia social e o debate na sociedade brasileira certamente terão que avançar mais para o lucro proveniente da cana não continue patrocinando injustiças contra as terras brasileiras e seus habitantes. o doce ainda deixa um gosto amargo no final das contas (Fundação Joaquim Nabuco, 2010, p. 130-131)

O latifúndio permitia a substituição constante das terras utilizadas por outras ainda virgens, dispensando investimentos em práticas de fertilização ou em melhorias técnicas (FERLINE, 1998, p. 18) e a mentalidade de exploração sem sustentabilidade prevalece ainda no modo atual de plantar cana, ainda na base do desmatamento com uso de agrotóxicos poluindo os lençóis fluviais, avanço do plantio de cana herança dos senhores de engenho e de uma indústria à serviço apenas do lucro.

Para termos um parâmetro, “em 2006, 54,7% dos mais de 6,6 milhões de hectares de plantações de cana-de-açúcar localizavam-se na Mata Atlântica. Entre 2006 e 2015, a área plantada na Mata Atlântica aumentou de 3,6 milhões para 5,1 milhões de hectares (IBGE, 2017, p. 28-29).

- **Baixa remuneração**

A remuneração no trabalho do corte de cana atingia níveis de miserabilidade absurdas e abaixo do necessário para garantir segurança alimentar e para a subsistência da família do camponês, tendo como respaldo dos donos de terra para pagar valores tão baixos, o sítio cedido para a lavoura de subsistência. Prática herdada do período da escravatura onde os escravizados também já plantavam seu alimento. (por dados salariais atuais)

As autoridades públicas e mesmo as organizações patronais o reconheciam periodicamente na imprensa. “Ao lado do protecionismo míope do Instituto do Açúcar e do Alcool, um outro mecanismo contribui consideravelmente para assegurar uma precária rentabilidade à agroindústria açucareira: a manutenção de níveis salariais extremamente baixos, preço vil da labuta diária e estafante da massa de trabalhadores

rurais.” (Introdução à mensagem de prestação de contas das atividades do primeiro ano de governo, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco a 15 de março de 1964). (ARRAES, s.d, p. 102.).

A herança da desvalorização do trabalho braçal do período pós colonial predomina nas lavouras de cana na atualidade.

Um aspecto que realça a exploração do trabalho dos cortadores de cana é o pagamento por produção, isto é, por tonelada cortada. Esses trabalhadores não recebem um salário referente à quantidade de horas de trabalho no canavial, mas à quantidade de cana cortada. No estado da Paraíba, por exemplo, paga-se pouco mais de sete reais por mil quilos da cana cortados. Sim, sete reais para uma tonelada cortada com uma foice. Esta modalidade de salário funda-se sobre a lógica do “quanto mais eu trabalho, mais eu recebo”. Assim, instiga o trabalhador a atingir o limite físico suportado pelo corpo. Estimula, além do mais, enorme competitividade entre os trabalhadores em torno do “quem corta mais”. As usinas, em geral, costumam dar prêmios mensais aos “campeões de produtividade”, ou seja, aos que beiram a morte por cortar mais cana – alguns chegam a cortar vinte toneladas ao dia. (BEZERRA, 2020)

- Violência no campo

Durante a pesquisa para organização desse trabalho, os relatos feitos pelos canavieiros e autores de referência acerca das relações de trabalho com a patronal é sempre acerca do clima de violência e do medo.

Gregório Bezerra (1980, p. 173) relembra

“Ao apagar das luzes do Governo Cid Sampaio, o Sr José Lopes da Siqueira Santos, dono da usina Estreliana, junto com seus capangas, matou covardemente cinco camponeses indefesos, dentro de sua usina. Isso porque os cinco trabalhadores agrícolas foram pedir ao patrão o pagamento da diferença salarial, que não tinham recebido. O facínora José Lopes perguntou a um homem do grupo quem os chefiava; este respondeu que não tinham chefes e que tinham ido pedir o pagamento porque seus filhos estavam com fome, precisavam comer um “feijãozinho”. Como resposta, recebeu uma rajada de metralhadora, disparada pelo dono da usina”

A imensa maioria dos casos de violência contra os canavieiros estava imediatamente associada a questões de organização do trabalho e de remuneração.

Na atualidade o que prevalece é a violência relacionada à falta de acesso à terra e disputa territorial. Conflitos agrários com sem terras, indígenas e quilombolas

são constantes. A Comissão pastoral da terra (CPT) (2021, p. 7-8 e 9) “documentou e sistematizou 1.576 ocorrências de conflitos por terra em 2020, o maior número desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, 25% superior a 2019 e 57,6% a 2018”. Tipos de violência cometidos em 2020 envolvem: “invasão”, “grilagem” e “desmatamento ilegal”. Foram vitimadas por invasão 81.225 famílias, das quais 58.327 9 são indígenas (72%); 19.489 sofreram grilagem (37% indígenas); e 25.559, desmatamento ilegal (60% indígenas).”

Nas tabelas seguintes podemos observar a progressão da violência no campo no território nacional e no estado de Pernambuco na última década.

**QUADRO 2 - PROGRESSÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO NO TERRITÓRIO NACIONAL NA ÚLTIMA DÉCADA**

**(2011 - 2020)**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Conflitos por Terra</b>										
Ocorrências (1)	818	828	802	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576
Ocupações/ Retomadas	211	255	245	223	234	224	193	157	46	29
Acampamentos	32	15	15	22	30	25	13	20	5	3
Total (2)	1.061	1.098	1.062	1.065	1.092	1.361	1.239	1.177	1.311	1.608
Assassinatos	30	34	30	37	49	61	70	27	27	14
Pessoas Envolvidas	491.660	471.160	461.065	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872
Hectares	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	30.425.494	53.313.244	77.442.957
<b>Conflitos Trabalhistas</b>										
Trabalho Escravo	230	170	142	132	80	68	67	86	89	96
Assassinatos			1							
Pessoas Envolvidas	3.929	3.002	1.730	2.494	1.760	751	532	1.465	880	1.104
Superexploração	30	14	13	10	6	1		5	1	
Assassinatos			2		1	1		2	3	
Pessoas Envolvidas	466	73	142	294	125	2		14	3	
Total	260	184	155	142	86	69	67	91	90	96
<b>Conflitos pela Água</b>										
Conflitos	69	78	103	131	151	177	199	279	502	350
Assassinatos		2	2			2	1	1	2	4
Pessoas Envolvidas	140.285	145.755	158.180	204.255	217.710	223.455	178.090	379.035	317.524	225.168
<b>Outros (3)</b>										
Conflitos		36	12							
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		26.005	1.350							
<b>Total dos Conflitos no Campo Brasil</b>										
Conflitos	1.390	1.396	1.332	1.338	1.329	1.607	1.505	1.547	1.903	2.054
Assassinatos	30	36	35	37	50	64	71	30	32	18
Pessoas Envolvidas	636.340	619.990	621.117	829.538	861.600	960.798	818.337	1.044.984	898.635	914.144
Hectares	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957

Fonte: CPT (2021)



**QUADRO 3 - CONFLITOS POR TERRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Catende	Engenho Pau D'Óleo	02/10/2020	70	Posseiro
Catende	Engenho Pau D'Óleo	05/10/2020	70	Posseiro
Garanhuns	Área Flamengo/Imobiliárias	23/06/2020		Posseiro
Iguaraci	Com. Quilombola Varzinha dos Paulinos	09/06/2020	30	Quilombola
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	06/01/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	08/01/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	10/01/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	23/01/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	28/01/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	20/03/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	03/04/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	07/04/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	07/04/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Engenho Várzea Velha/Us. Frei Caneca/ Negócios Imobiliária S/A	07/04/2020	70	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	23/04/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	24/04/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	07/05/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	13/05/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	19/05/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	22/05/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	23/05/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	26/05/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	02/06/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	05/06/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	16/06/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	26/06/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	15/07/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	16/07/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	16/07/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	17/07/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	20/07/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	29/07/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	13/08/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	21/08/2020	75	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	06/09/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	11/09/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	15/09/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	17/09/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	19/09/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	23/09/2020	77	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	02/10/2020	77	Posseiro
Jatobá	Com. Bem Querer de Baixo/T.I. Pankararu	16/06/2020	75	Indígenas
Maraial	Engenho Batateira	01/07/2020	50	Posseiro

Maraial	Engenho Batateira	03/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	04/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	09/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	10/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	11/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	14/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	21/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	24/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	28/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	29/07/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	03/08/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	14/08/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	18/08/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	19/08/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	25/08/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	28/08/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	20/12/2020	50	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	24/12/2020	50	Posseiro
Tacaratu, Petrolândia	T. I. Pankararu	31/07/2020	917	Índigenas
Tacaratu, Petrolândia	T. I. Pankararu	14/09/2020	917	Índigenas
Recife	Povo Warao	03/12/2020	5	Índigenas
São Bento do Una, Belo Jardim	Quilombo Barro Branco	17/06/2020	80	Quilombola
Sertânia	Faz. Santa Luzia/Acamp. Fortaleza	20/07/2020	30	Sem Terra
Sirinhaém	Com. Pesqueiras/Rio Sirinhahém/Us. Trapiche	12/03/2020		Pescador
Tacaratu, Petrolândia	Com. Quil. Negros de Betinho/Barreira Sanitária	06/06/2020		Quilombola

Fonte: CPT (2021)

Violência exercida sob a cunha do poder agrário que impera no meio rural desde a divisão de terra na colonização, que segundo O relatório de conflitos da CPT de 2020 (2021, p. 9) “revela que o Brasil atual está mais próximo de 1500 do que de 1988”<sup>20</sup>.

- Insegurança alimentar

Como no período da colonização e estruturação da civilização do açúcar a preocupação era o lucro e bonança da empresa açucareira e nenhuma com o trabalhador esse modus operandi continuou mesmo após a modernização do setor. A alimentação é ferramenta vital para que o ser humano possa exercer suas funções e na falta dela a única alternativa que muitos trabalhadores tinham era como Dabat (2003, p. 512) coloca “se drogar de açúcar” para ter o mínimo de energia para trabalhar quase 18 horas. De dia no engenho e a noite na usina.

A má remuneração no eito e falta de acesso a terra, comuns na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado do Brasil colônia, deixou consequências

<sup>20</sup> Foi na segunda metade da década de 1980 do século passado que os povos indígenas, as comunidades de quilombo e outras populações tradicionais conseguiram dar “visibilidade” às propostas de políticas públicas e às reivindicações territoriais. Essas mobilizações deram fruto: a Constituição Federal de 1988 (CPT, 2021, p. 113)

refletidas ainda nos dias atuais na garantia da segurança alimentar do proletariado rural.

Todas as marcas e desdobramentos desse sistema de desigualdade e exploração levam pro atrelamento da insegurança alimentar (IA). Como podemos observar o estudo abaixo utilizando dados socioeconômicos e demográficos de análise de insegurança alimentar dada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que mostra:

A baixa renda esteve associada à IA podendo essa relação estar atribuída ao fato de que a EBIA está atrelada a questões de renda. As demais condições socioeconômicas e demográficas, como acesso a bens e serviços, escolaridade, tipo e condições de moradia, quando precárias, estão condicionadas à baixa renda e conseqüentemente a situação de IA. Essas condições quando presentes no meio rural se intensificam em função da pobreza, baixos índices de educação e desenvolvimento e má distribuição de terra, corroborando com a instalação da IAN neste público

O estudo afirma que o acesso à terra e à possibilidade de plantio para autoconsumo, contribuem para melhorias nas condições de alimentação e assim contribuindo para segurança alimentar nutricional (SAN). (TRIVELLATO *et al*, 2019, p. 872).

- Falta de acesso à terra

A falta de acesso à terra se configura como elemento que está atrelado a IA, a violência no campo e a tantos outros desdobramentos da civilização do açúcar que está longe de ser solucionado. Visto que não tivemos ainda um projeto sério e eficaz de reforma agrária que zerasse o déficit agrário. Além de que, estudo mostra que mesmo os agricultores que tiveram acesso ao lote de terra pela reforma agrária, não podemos considerar uma vitória vitalícia na zona canavieira de Pernambuco que ainda tem grande influência dos latifundiários do açúcar.

O setor canavieiro brasileiro a partir do início de 2000 vem passando por uma nova fase de expansão. Esse crescimento da produção de cana-de-açúcar, tem se dado em terras “novas”, remodelando as relações socioeconômicas e ambientais, no entanto, mantendo a lógica da acumulação do capital no campo. No caso Zona da Mata Pernambucana, o crescimento dessa produção de cana tem avançado nas áreas de assentamentos de reforma agrária, nas áreas de mangues, de Matas e sítios. (SILVA JÚNIOR; MACHADO, 2018? p. 2)

Tendo enorme desigualdade fundiária como uma das marcas do desenvolvimento econômico-social brasileiro desde o surgimento da colônia, essa é uma realidade que está longe de ser solucionada quando observamos os dados abaixo.

Os dados de 2006, evidenciam a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 1 mil hectares. Eles representam apenas 0,95% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 44,4% da área total, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem 50,3% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total IBGE (2009) apud (GASQUES; NAVARRO; VIEIRA FILHO, 2010, p. 45).

- Divisão sexual do trabalho

O trabalho atribuído ao cortador de cana segundo Dabat (2003, p. 507) era maior do que uma pessoa só podia dar conta. Isso resultava que obrigatoriamente todo o núcleo familiar teria que trabalhar para completar a demanda “sob pena de ter que trabalhar vários dias pelo equivalente de uma diária”. Ou seja, “uma das mais corriqueiras maneiras de acentuar a exploração tinha algo de desonesto em si: tendo a tarefa genericamente o preço de uma diária, grosso modo, o cabo determinava muitas vezes uma quantidade de trabalho impossível de ser realizada num dia de trabalho, exigindo dois ou mais do morador.”

Era uma dimensão estruturalmente concebida do uso da força de trabalho. Ademais, o uso de toda a força de trabalho disponível, típica da exploração extensiva em regime capitalista, correspondia a uma divisão do trabalho por gênero e por idade, não absoluta, mas esperada da atribuição de tarefas (ou parte delas, como a amarração dos feixes de cana)

Na atualidade a divisão sexual do trabalho vem arraigado das mazelas do mundo do açúcar onde se coloca que “trabalho” é aquele remunerado, desqualificando o trabalho doméstico que tem por sua vez quando maioria sob a responsabilidade de mulheres que envolve acima de tudo o machismo.

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo bibliográfico nos aponta que:

A civilização do açúcar teve como principal base de sustentação a desigualdade fundiária no surgimento socioeconômico da colônia. Cenário firmado no trabalho escravo, no acúmulo de terra e nas relações de poder verticalizadas. Essa estrutura deixou profundas marcas e seus desdobramentos no tocante das relações de trabalho e qualidade de vida do trabalhador rural permanece ainda hoje, pois não ocorreu uma verdadeira mudança na estrutura agrária e na concentração de terra no que se refere as consequências do período colonial.

Como marca e desdobramento dessa conjuntura, as pesquisas mostram que na atualidade, a grande quantidade de latifúndios voltados para a monocultura e a falta de terra para a cultura alimentícia de base levaram para: O desmatamento da mata nativa, que jamais foram recuperados, aniquilando a fauna e a flora originária da Zona da Mata, perdurando a mentalidade do lucro acima da preservação ambiental com alto uso de agrotóxicos que poluem os lençóis fluviais, e poluição do ar com as queimadas, hoje, ilegais mas que ainda existem; A dificuldade ao acesso à terra aumentando a insegurança alimentar; Os mais de 400 anos de escravidão e os 133 anos de abolição sem reparações, fazendo que as relações de trabalho no eito continue na base da opressão e exploração do trabalhador rural, que na sua maioria são formados por homens negros. Relações de trabalho essas que apontam ainda ao trabalho análogo à escravidão e o próprio trabalho configurado como escravo; O histórico de má remuneração que perdura e é bastante conveniente para o usineiro mas que para as famílias camponesas, esse processo acarreta o aprofundamento das desigualdades sociais e a degradação do homem e da mulher do campo.

Na pesquisa realizada de forma remota nas plataformas que oferecem literaturas de forma gratuita, pude acessar autores de referência acerca do tema como Manoel Correia de Andrade, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Josué de Castro, Gileno de Carlí, Peter Eisenberg entre outros. Contudo também foi possível se debruçar nas descobertas, principalmente de pesquisadoras mulheres, como, Christine Dabat, Beatriz Brusantin, Vera Lúcia Ferlini e Fátima Quintas, por exemplo. O acesso ao conhecimento de forma gratuita foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. A democratização do conhecimento parte por esse caminho.

Contudo, o material de pesquisa encontrado mostra muito mais aprofundamento histórico do período colonial até os anos 60 do século XX. Havendo maior grau de dificuldade para a documentação desta pesquisa encontrar estudos mais atualizados no método usado.

Dentro do âmbito de opressão e exploração no campo, identifica-se que além dos canavieiro, o agricultor familiar que não tem terra para plantar devido a desigualdade fundiária também sofre das mazelas da civilização do açúcar.

Dentro desse cenário, enquanto profissional de Economia Doméstica, iniciei esse estudo avaliando que iria me limitar a área de desenvolvimento humano para o fomento de estratégias na promoção de qualidade de vida para os trabalhadores/as e agricultores/as do campo, porém, a pesquisa me possibilitou perpassar por diversas nuances de carência que se interligam no sistema capitalista e fazer seus paralelos. Por tanto, a/o economista doméstica/o, pode-se aplicar os três pilares de conhecimentos da profissão envolvendo projetos e políticas públicas: Alimento, nutrição e saúde, a fim de promover a SAN e desenvolvimento econômico rural com beneficiamento dos insumos, técnicas de conservação de alimentos e o autoconhecimento da saúde físico, mental; arte, habitação e vestuário promovendo também o desenvolvimento econômico com projetos ligados à arte/artesanato, cursos de modelagem, corte e costura e etc e o próprio desenvolvimento humano com educação libertadora no campo visando a implementação de reformas sociais, da democratização fundiária e da profunda necessidade de pensar estratégias para garantia de direitos e possibilitar uma vida digna as populações mais vulneráveis. Nesse contexto faço destaque trabalhadores ruais e suas famílias.

## REFERÊNCIA

\_\_\_\_\_. A Geografia da cana-de-açúcar: Dinâmica territorial da produção agropecuária. **IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 172p.

ANDRADE Neto. Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental**: Modernização e Proletarização. São Paulo (Tese, mimeo), 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia de Pernambuco**. Recife: [s.n.], 1974

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. São Paulo: Livraria Ed.Ciências Humanas, 1963

ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco**. In: Andrade, Manuel Correia de. Redwood III, John e Fiorentino, Raul, A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana. Recife: MDU, UFPE, maio de 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de; MADUREIRA, Sevy de Barros. **Produção do espaço e regionalização em Pernambuco**. Recife, UFPE/MDU, Texto para discussão, 1981.

ARRAES, Miguel, et al. **Palavras de Arraes**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, s.d.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBALHO, Nelson. **Dicionário do Açúcar**. Recife: Editora Joaquim Nabuco, 1984.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2 vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980

BEZERRA, Lucas. Dia do cortador de cana ou o trabalho avesso à vida nos canaviais brasileiros: A história do corte de cana confunde-se com a história do Brasil. **Brasil de fato**, Recife, 16 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2020/01/16/dia-do-cortador-de-cana-ou-o-trabalho-avesso-a-vida-nos-canaviais-brasileiros>> Acesso em: 01 nov. 2021

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus**: relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth – 1870-1888). Tese (doutorado em história) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p. 511. 2011.

CAFURE, Vera Araújo; PATRIARCHA-GRACIOLLI Suelen Regina. **Os resíduos de serviço de saúde e seus impactos ambientais**: uma revisão bibliográfica. Interações, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 301-314, jul./dez. 2015.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes**: Padres e comunistas na Revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. Cana-de-açúcar: Produtores de cana arrendam usinas em Pernambuco e retomam a indústria sucroenergética do estado. **União Nacional da Bioenergia**, 2020. Disponível em: <<https://www.udop.com.br/noticia/2020/12/07/produtores-de-cana-arrendam-usinas-em-pernambuco-e-retomam-a-industria-sucroenergetica-do-estado.html>>. Acesso em: 13 mar. 2021

CASCUDO, Luís da Câmara. **Sociologia do açúcar**: Pesquisa e dedução. Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do álcool - Coleção canavieira nº5, 1971.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**: Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1964.

CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. **A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco**. In: Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Jan/Jun 1983, p. 63-93.

COSTA, Aguinaldo. **Apontamentos para uma Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **O Congresso Nacional Camponês**: Trabalhador Rural no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1993.

COSTA, Vivian Chierigati; DANTAS, Mônica Duarte. **O “pomposo nome de liberdade do cidadão”**: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil. São Paulo: Instituto de estudos brasileiros, 2016.

\_\_\_\_\_. Conflitos no Campo Brasil. **CPT**, Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>> Acesso em: 01 nov. 2021

CUNHA, Joaci de Sousa. **Amargo açúcar**: Aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945 - 1964). Dissertação (Mestrado em História) - da Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 283. 1995.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese



(doutorado em história) - Universidade Federal de Pernambuco, centro de filosofia e ciências humanas. Recife, p.742. 2003.

DÉ CARLÍ, Gileno. **Aspectos açucareiros de Pernambuco**. Rio de Janeiro: s.n., 1940.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

FERNANDEZ, Eliana Moury. **A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste**. Recife: FUNDAJ, 2012.

FRAGA FILHO, Walter da Silva. **Encruzilhadas da liberdade**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (org.). **Cultura do açúcar**. Recife: Massangana, 2010.

GASPAR, Lúcia. Usinas de Açúcar de Pernambuco. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, s/d. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GASQUES, José Garcia; NAVARRO, Zander; VIEIRA FILHO, Eustáquio Ribeiro (org.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília : Ipea, 2010. 298 p

GRAHAM, R. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado**. Diálogos, vol. 5, no 1. 2001.

GRANDJEAN BITOUN, Jacqueline Pernette. **Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca, Pernambuco, Brésil**. Paris: Thèse Université de Paris III Sorbonne, 1980.

GONÇALVES, Fernando Antônio. **Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco**. In: *Boletim do IJNPS* Recife: IJNPS, 1966, p. 117-173.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: A face oculta do Brasil**. Recife: Editora bagaço, 2009.

MELO, Mário Lacerda de. **O Açúcar e o Homem: Problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: IJNPS, 1975.

MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ed. Editora vozes: Petrópolis, 2002.

MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: UFPE Editora Universitária, 2003.

MONTENEGRO, Antônio. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**. In: Jorge Ferreira; Lucília Neves Delgado. (org.). O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964). Coleção o Brasil Republicano. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019, v. 03, p. 269-303.

PAGE, Joseph A. **A Revolução que Nunca Houve**: O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos**: Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: USP, 1977.

SILVA JÚNIOR, José Plácido da; MACHADO, Maria Rita I. de M. **Assentamentos de reforma agrária na zona canavieira de Pernambuco**: monopolização das usinas nos territórios camponeses. [S.l.: s.n.], [2008?]. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericatlatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/33.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2021

SILVA, Tássica Ferreira da. Para aumentar pastagem, agropecuarista arranca cercas e avança sobre terras de agricultores de Jaqueira (PE). **CSP Conlutas**, 2021. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2021/02/para-aumentar-pastagem-agropecuarista-e-empresario-local-arranca-cercas-e-avanca-sobre-terras-de-agricultores-de-jaqueira-pe/>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil**: 1930-1970. São Paulo: HUCITEC, 1979.

TRIVELLATO, Paula Torres et al. **Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro**: Revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, Viçosa, 24(3), p. 865-874, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/N6vh5c5yMHkhTyqhJrX8bHP/?lang=pt&format=p>> Acesso em: 01 nov. 2021

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.

VIEIRA, César Roldão. **Sem Deus com a família**. São Paulo: RGE, 1965.

\_\_\_\_\_. Posturas Municipais de Nazareth, Lei número 434, 1857. In: **Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco**, tomo XX, junho de 1857, Pernambuco. Estante 29, Prateleira 02, número 42. APEJE/Recife.

\_\_\_\_\_. PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. **Agência IBGE notícias**, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais> Acesso em: 26 out. 2021

## ANEXO A - CONTRATO PARTICULAR DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS<sup>21</sup>

### Arrendamento de prédio rústico

Condições contratuais estabelecidas e aceitas, pelas partes contratantes abaixo firmadas, a saber de um lado como outorgante locatário e arrendatário.... e do outro, como outorgado locador e arrendante ...

proprietário d.... encravado em terras do município de... deste Estado de ... abaixo denominados simplesmente morador e proprietário, como segue:

1. O morador ao firmar este contrato, se habilita a receber casa, para moradia gratuita, com direito a água e lenha para seu gasto doméstico normal, retiradas pelo morador de local designado pelo proprietário.
2. O morador terá direito também, a meio hectare de terreno, demarcado pelo proprietário, para cultivo de lavouras que não sejam de raiz, como mandioca, macaxeira, feijão, milho, arroz, batata, fava, cará, inhame, hortaliças, etc.
3. Se o morador plantar fruteiras no terreno demarcado, não terá por isso, direito a indenização e retenção.
4. O morador não poderá construir casa de farinha, porém a já existente no local poderá ser utilizada, mediante autorização expressa do proprietário, desde que o morador se obrigue a pagar o consumo de lenha calculado em UM (sic) metro cúbico por semana ao preço o dia.
5. O morador poderá criar aves e animais no terreno demarcado, contanto que os tenha em galinheiro, chiqueiro, curral ou amarrados para evitar danos a lavouras alheias, poderá apanhar capim, em locais de pasto, previamente indicados pelo proprietário.
6. O morador poderá desfrutar das fruteiras existentes, por acaso no terreno demarcado, mas, se o proprietário lhe der o devido consentimento.
7. O morador não poderá consentir na prática, em sua casa, do baixo-espiritismo ou feitiçaria, ficando-lhe assegurada, quanto ao mais sua inteira liberdade de crença religiosa.
8. O morador se obriga a trabalhar .... dias por semana a serviço do proprietário, sob regime de remuneração, de acordo com a espécie de trabalho a executar.
9. O trabalho será executado por empreitada, conta ou diária. Sendo diária, obedecerá ao horário regulamentar de 8 horas de trabalho com 2 horas de intervalo para almoço, recebendo o morador as horas extras, quando houver, calculadas na base da remuneração diária que estiver percebendo.
10. O morador poderá trabalhar em área maior que a demarcada, desde que se obrigue, de acordo com o proprietário, a prestar serviço ao mesmo, na base de UM DIA por semana, não remunerado, por cada hectare que pretender. Por esta cláusula recebe o morador .... hectares.
11. A construção da casa (quando não existir no local demarcado) correrá por conta exclusiva do proprietário, bem como a sua conservação, obrigando-se o morador a avisar ao proprietário qualquer necessidade de reparo na casa.

<sup>21</sup> Contrato-tipo impresso pelas autoridades que encorajam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343 – Doc. 24.

12. O não cumprimento da parte do morador, das obrigações assumidas, importa na RESCISÃO AUTOMÁTICA DESTE CONTRATO, em decorrência do que responderá por todas as despesas advindas e terá DEZ dias para a desocupação da casa, sendo as lavouras avaliadas e indenizadas pelo proprietário, por acordo, ou judicialmente, descontados débitos pessoais que porventura tenha para com o proprietário.
13. Se por conveniência do serviço ou causa superveniente justificável, o proprietário motivar a rescisão deste contrato, se obrigará a indenizar ao morador as suas lavouras devidamente avaliadas, amigavelmente ou judicialmente, dando ao morador TRINTA dias para desocupação da casa.
14. Este contrato terá o prazo de um ano, podendo ser renovado, desde que isso seja do interesse das partes contratantes.
15. Proprietário ou morador se obrigam ao cumprimento exato destas disposições contratuais.
16. O foro deste contrato é o da situação do imóvel arrendado.
17. O valor do presente contrato, para efeitos fiscais, é de Cr\$.... Selado legalmente com Cr\$...

.....de....de 19...

Testemunhas